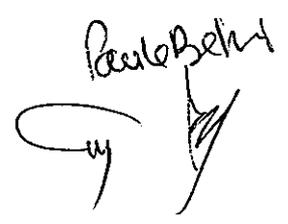


Paulo Belbut


**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

--- Aos vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, GMM, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, GMM e Américo João da Silva Dias, CDS/PP, em substituição de Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); José Gabriel Pereira Oliveira; José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Manuel Nélio Vicente Pereira (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Lino Ricardo Silva Abreu. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado, José Carlos Rodrigues Ferreira e Leonel Martinho Gomes Nunes. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Alberto Rodrigues; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; Francisco Ilídio Rebolo de Castro; José António Freitas Rodrigues; José Jorge A. Camacho; Lívio Rómulo Soares Coelho; Luís Miguel Moura de Sousa; Marco Alexandre R. P. Fernandes; Maria Idalina Fernandes Silva; Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia; Raquel João Martins da Silva; Robert Miguel Andrade de Castro; Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira e Sílvia Marlene Pereira

Rodrigues. -----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh. -----

--- **DEPUTADOS MUNICIPAIS AUSENTES** – Maria Elisabete M. Andrade (PPD/PSD), Nélia Maria G. Vieira Aguiar (CDS/PP), Filomena Maria Teixeira Gonçalves (CDS/PP). ----

--- **VEREADORES AUSENTES** – Bruno Miguel Camacho Pereira (PPD/PSD), Idalina Perestrelo Luís (Mudança). -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Domingos Manuel Martins Rodrigues; Énio Dionísio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues João José Sales Fernandes Correia e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, eleito pelo PCP/PEV-CDU foi substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

1.2. O Deputado Municipal Fernão Gonçalves Rodrigues, eleito pelo PCP/PEV-CDU, foi substituído por Leonel Martinho Gomes Nunes. -----

1.3. O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, eleito pelo PPD/PSD foi substituído por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

1.4. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas Andrade, eleito pelo PPD/PSD, foi

Paulo Alexandre

substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

1.5. O Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Carlos Miguel Encarnação Gonçalves. -----

1.6. A Deputada Municipal Marisa Maria P. Santos e Costa, eleita pelo PPD/PSD, foi substituída por José Jorge A. Camacho. -----

1.7. O Vereador Paulo Alexandre Atouguia Aveiro, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por João José Sales Fernandes Correia. -----

1.8. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro, vogal da referida Junta. -----

1.8. A Deputada Municipal Filomena Maria Teixeira Gonçalves, eleita pelo CDS/PP, comunicou a sua ausência por motivos profissionais e não foi substituída. -----

1.9. A Deputada Municipal Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, eleita pelo CDS/PP, comunicou a sua ausência por motivos profissionais e não foi substituída. -----

1.10. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, eleita pelo GMM, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Sérgio Juvenal Jesus Abreu. -----

1.11. O Deputado Municipal Rui Alberto Garanito Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Francisco Ilídio Rebolo de Castro, vogal da referida Junta. -----

1.12. O Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, eleito pelo PCP/PEV-CDU, foi substituído por Énio Dionísio Vieira Martins. -----

2. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as seguintes atas: -----

- Votação da **Ata da Sessão Ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e quinze, aprovada por unanimidade, com trinta e oito votos a favor** sendo dezasseis do GMM, treze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados

Independentes. -----

- Votação da **Ata da Sessão Extraordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e quinze, aprovada por unanimidade, com trinta e oito votos a favor** sendo dezasseis do GMM, treze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

3. EXPEDIENTE: -----

3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- Os Presidentes da Liga dos Combatentes e do Núcleo do Funchal enviaram um convite para a Cerimónia do 81º Aniversário do Núcleo do Funchal da Liga dos Combatentes, que se realizou no dia dois de março de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um convite para a Cerimónia de Comemoração dos 437 anos daquela Junta, que se realizou no dia três de março de dois mil e dezasseis. -----

- A Designer e Artista Patrícia Marques e a Câmara Municipal de Câmara de Lobos enviaram um convite para a abertura da Exposição "*Cor Sobre Cor*" que se realizou no dia quatro de março de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, o projeto UNIDOS e o Atelier Luz Henriques enviaram um convite para a abertura da exposição "UNIDOS na Solidariedade", que se realizou no dia cinco de março de dois mil e dezasseis. -----

- O Bispo do Funchal e o Secretário Regional da Educação enviaram um convite para o Concerto em honra de Nossa Senhora de Fátima, na sua visita à Diocese do Funchal, que se realizou no dia cinco de março de dois mil e dezasseis. -----

- O Bispo do Funchal enviou um convite para a participar na celebração de despedida da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que se realizou no dia seis de março de dois mil e dezasseis. -----

Paulo
S
V

- A administração da ACIN-iCloud Solutions, Lda. enviou um convite para a inauguração do Edifício Sede ACIN, que se realizou no dia vinte e dois de março de dois mil e dezasseis. -----
 - O Grupo Parlamentar Os Verdes (PEV) enviou um convite para a Audição Pública Parlamentar sobre "Políticas Públicas para a Promoção de uma Floresta Sustentável", que se realizou no dia vinte e seis de abril de dois mil e dezasseis. -----
 - O Presidente da Câmara de Câmara de Lobos enviou um convite para a Sessão Comemorativa do Dia regional da Segurança e Saúde no Trabalho, que se realizou no dia vinte e oito de abril de dois mil e dezasseis. -----
 - A revista Umbigo e a Câmara Municipal do Funchal enviaram um convite para o lançamento da Umbigo edição especial Madeira, que se realizará no dia trinta de abril de dois mil e dezasseis. -----
 - O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----
 - Abertura da Exposição "Explorando as Laurissilvas", que se realizou no dia dezoito de março de dois mil e dezasseis. -----
 - Inauguração do Complexo Balnear do Lido, que se realizou no dia vinte e dois de março de dois mil e dezasseis. -----
 - Participação na Procissão seguida de Missa em honra de S. Tiago Menor, Padroeiro da Cidade do Funchal, que se realizará no dia um de maio de dois mil e dezasseis.
 - A Eurodeputada Liliana Rodrigues enviou um convite para o Sarau com o Grupo de Fados da Associação Académica da Universidade da Madeira – os *Fatum*, que ocorrerá no dia seis de maio de dois mil e dezasseis. -----
 - O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea enviou um convite para as Comemorações do Dia da Unidade, que se realizará no dia nove de maio de dois mil e dezasseis. -----
- 4. Pedido de intervenção reencaminhados à CMF:** -----
- 4.1. PCP/PEV:** -----

- Pedido de esclarecimento da situação da inscrição habitacional de: Maria Irondina de Abreu, Teresa Maria Silva Nunes, Rui Teixeira Jardim, Tânia Patrícia de Abreu Silva. -----
- Pedido de esclarecimento sobre: Reclamação de Maria José Souto de Freitas da Silva e de Jorge Humberto Gomes Branco. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** interpelou a Mesa para saber se é possível apresentar oralmente, um Voto de Pesar pelo falecimento da Jornalista Lília João Bernardes de Freitas. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** acedeu a essa proposta e de seguida enunciou os documentos que deram entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia para o PAOD: -----

- Voto de Saudação – Três razões para comemorar Abril, apresentado pelo GMM. -----
- Proposta de Recomendação do GMM – Ao encontro das Freguesias. -----
- Voto de Saudação – Ao 1º de Maio e aos Trabalhadores Portugueses, apresentado pelo PCP/PEV-CDU. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD em nome do Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou o Voto de Pesar pela morte da Jornalista Lília Bernardes, que se transcreve: "A Jornalista Lília Bernardes, com quem eu pessoalmente discordei várias vezes, tem que ser destacada como uma das figuras incontornáveis do Jornalismo Madeirense dos últimos 40 anos, quer pelas posições que sempre assumiu, quer pela competência com que desempenhou as diversas funções nos diferentes órgãos de comunicação social, quer escrita, quer audiovisual. E penso que todos aqueles envolvidos na política e todos os cidadãos em geral, têm muito a agradecer ao trabalho que ela desenvolveu ao longo da sua carreira, sendo com algum choque e com alguma emoção

Builkem

que soubemos da notícia da sua morte extemporânea mais cedo do que deveria ser, se bem que a morte é sempre que acontece, embora inevitável, cedo demais quando ocorre. Não me querendo alongar mais, julgo que a Assembleia deveria endereçar o pesar e as condolências a toda a família em especial à sua Filha e à sua Mãe, e a todos os colegas Jornalistas e amigos que com ela privaram. -----

Portanto, pedia que nos uníssemos neste voto e na apresentação das condolências à família e que a Assembleia Municipal providenciasse essa comunicação." -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** registou aquele pedido e o mesmo será votado quando passarem à fase das votações. -----

Posteriormente serão endereçados à Família as condolências e os sentimentos por parte daquela Assembleia. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira, do GMM começou por apresentar: -----

- **Voto de Saudação – Três razões para comemorar Abril:** “Comemoram-se em Abril de 2016 os 42 anos da Revolução de Abril, 41 anos das primeiras eleições livres e democráticas por sufrágio universal e direto em Portugal (as eleições para a Assembleia Constituinte) e 40 anos da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa (aprovada a 2 de Abril de 1976). -----

Esta tríplice comemoração é a comemoração dos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, bem presentes na Revolução de Abril, na prática democrática que se lhe seguiu com a eleição a Assembleia Constituinte e na consagração de um texto constitucional, resultante do consenso maioritário da sociedade de então. -----

Na Constituição da República Portuguesa ficaram bem marcados os valores de Abril: -----

(i) Da Liberdade, com a consagração de um vasto leque de direito, liberdades e garantias, que vão das garantias em processo criminal à liberdade de expressão, de associação, de

imprensa e de participação política; -----

(ii) Da Igualdade, para além da igualdade formal perante a lei, ficaram bem vinculados um conjunto de direitos económicos, sociais e culturais, visando fornecer diretivas vinculativas para a ação de o Estado no sentido de promover a igualdade dos cidadãos no acesso ao trabalho e consagrando direitos sociais conquistados num amplo e intenso processo de luta popular, cantados por Sérgio Godinho: "só há liberdade a sério quando houver a Paz, o Pão, Saúde, Habitação...". -----

(iii) Da Fraternidade, aos estabelecer o Princípio da Igualdade entre Estados e da solução pacífica de conflitos internacionais, ao estabelecer a igualdade genérica de direitos entre nacionais e estrangeiros ou, no plano interno, ao estabelecer regras de progressividade fiscal, fazendo dos impostos um meio para a redução das desigualdades, bem como na solidariedade com os territórios periféricos e insulares da República, visando eliminar assimetrias. -----

A Constituição da República Portuguesa veio também consagrar de forma clara o papel das autonomias regionais e da autonomia local, conferindo-lhes expressão democrática e permitindo às populações assumirem a gestão dos seus interesses próprios. -----

Nestes 40 anos de vigência da Constituição da República Portuguesa, apesar das suas várias revisões, os portugueses e as portuguesas continuaram a contar com a Lei Fundamental como garantia das conquistas de Abril e da democracia. O papel exercido pela Constituição na defesa do Povo contra os desmandos ditados por uma Troika de poderes internacionais não eleitos foi muito claro. Foi na nossa Constituição que depositámos a esperança no progresso e a nossa Constituição foi o travão de parte do retrocesso que nos foi imposto. -----

Por muito que alguns agora se proclamem pela Constituição, nunca deixaram de a afrontar grosseiramente e, em boa verdade, de pugnar pela sua descaracterização: afinal quem não

Kaulera


se lembra de várias iniciativas com vista à sua profunda alteração, assim como a sua violação por sucessivos atos de Governo? -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária a 29 de Abril de 2016 delibera: -----

1- Saudar os 42 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 e o fim de um regime autoritário e opressor que tantas e tantos condenou ao ostracismo, à miséria, à opressão e à emigração. -----

2 – Saudar os 41 anos das eleições para a Assembleia Constituinte, naquela que foi a primeira eleição por sufrágio universal e direto, em condições democráticas em Portugal. -

3 – Saudar os 40 anos de vigência da Constituição da república Portuguesa e o seu papel de garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e das cidadãs portuguesas, bem como a consagração democrática das autarquias locais. -----

4 – Saudar o 1º de Maio que se aproxima, em nome do futuro que começamos a construir em Abril”. -----

- **Proposta de Recomendação – Ao encontro das Freguesias:** “O município do Funchal, nos seus 76 Km2 de área, com uma população de 111 892 habitantes, segundo os censos de 2011, representa muito mais do que uma mera cidade. É a capital da nossa região, o que a torna numa cidade cosmopolita, uma cidade urbana e simultaneamente com uma componente rural marcante no nosso quotidiano. Vai do mar, onde a urbanidade predomina, até à serra, onde as zonas altas têm uma componente mais rural e florestal. -- É nessa diversidade que faz com que as dez freguesias que compõem a cidade, sejam tão diferentes umas das outras. -----

Diferentes realidades, diferentes necessidades, diferentes anseios. A cidade não pode ser olhada como uma só. É necessário olhar para cada lugar, cada sítio. É necessário descentralizar e ir ao encontro das freguesias e da população. -----



Considerando esta realidade, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2016, recomenda à Câmara Municipal do Funchal que mensalmente descentralize a sua ação, com a realização de uma Reunião do Executivo Camarário em cada uma das Freguesias do Funchal de forma sucessiva". -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Leonel Martinho Gomes Nunes, do PCP/PEV-CDU apresentou o seguinte: -----

- "Voto de Saudação ao 1º de Maio e aos Trabalhadores Portugueses – No dia 01 de Maio de 1886, em Chicago, Estados Unidos da América, centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica, fazendo uma greve geral que reivindicava o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impietosamente reprimido pelas entidades policiais e patronais. -----

Os reflexos internacionais desta importante luta determinaram a declaração do dia 01 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador e, desde então, o movimento operário e sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel determinante nas conquistas das condições laborais. -----

Em Portugal, só se voltou a comemorar livremente o 1º de Maio no ano de 1974, com o fim do regime que reprimia a celebração desta data. -----

Atualmente, passamos por grandes e sérias dificuldades, em que as medidas de austeridade tiveram como consequência o aumento do empobrecimento, a redução de salários e pensões, o aumento generalizado do custo de vida, o aumento do desemprego e da precaridade, a fragilização das relações de trabalho, o aumento para valores dos idos anos 60 e 70 do século passado, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa. -----

Celebrar o 1º de Maio não será só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas de todos os trabalhadores em geral e, especialmente, dos trabalhadores portugueses

Paulo Belts

...
...
e dos seus representantes. -----

Celebrar o 1º de Maio será lutar por um trabalho digno, com direitos, será luta por melhores condições de vida e será também demonstrar um forte apoio a todos os que lutam por esses direitos. Será lutar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego e a precaridade, pelo emprego com qualidade e pela valorização do trabalho. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão no dia 29 de abril de 2016:

1º - Saúda todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos; -----

2º - Apela à participação dos trabalhadores, trabalhadoras e população em geral nas mais variadas comemorações e manifestações do 1º de Maio que irão se realizar um pouco por toda a Região". -----

3 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU fez as seguintes referências: -----

- Em relação aos **votos de saudação ao 25 de Abril** ali apresentados, notou uma imprecisão histórica pelo que propõem que na parte final dos considerandos seja acrescentado: *regime fascista*. -----

- Em relação à **descentralização das reuniões da Câmara pelas várias Freguesias**, informou que há Municípios próximos do Funchal que já o fazem e que em tempos passados, aquela Bancada em reuniões de Vereação anteriores já havia feito aquela proposta, pelo que saúdam e esperam que a mesma aconteça. -----

Depois expôs outros assuntos que gostariam de ver esclarecidos naquele PAOD: -----

- **Praia Formosa**, sem quererem pôr em causa o legítimo direito dos proprietários, não podem deixar passar em claro o conjunto de reclamações apresentadas por munícipes, que agora se vêm privados de um espaço tão importante como é aquela Praia, porque as duas

estradas de acesso estão completamente limitadas. -----

Assim, qual é a intervenção que o Município prevê para os direitos daqueles que são os banhistas da época que se aproxima? -----

Questionou ainda se a Câmara Municipal tem Técnicos que possam averiguar o estado de **consolidação da escarpa na Promenade**, para permitir que as pessoas que ali passeiam diariamente estejam salvaguardadas? -----

- **Passeio pedonal que liga São Martinho a Santo António**, para quando as anunciadas intervenções naquele circuito para que possa ser chamado passeio pedonal? -----

- Onde é que se encontra o **Fontenário histórico** que estava junto ao “Supermercado Aliança”? -----

- Qual o desenvolvimento do processo **“Muro do Quintanilha”** na Rampa do Pico do Cardo? -----

Alertou também para a perigosidade que os seguintes muros apresentam para as pessoas que por lá circulam: -----

- **Muro que fica junto à “Quinta do Guimarães”**, no Caminho do Jamboto. -----

- **Muro situado junto à Quinta da Achada.** -----

- **Empréstimo dos dez milhões de euros**, qual o ponto da situação em relação ao mesmo para que as obras que estavam programadas possam avançar? -----

- **Parque Ecológico:** -----

- Está ou não sem Diretor? - Qual o ponto da situação em relação ao plano de rearborização? - Tem havido falta de manutenção nas Casas do Areeiro, do Burro e do Barreiro? -----

- Quais são em concreto o conjunto de medidas avulsas, que têm vindo a público, sobre o **Programa da Revitalização do Comércio?** -----

Concluiu valorizando e saudando a aplicação das trinta e cinco horas a todos os

Trabalhadores da Frente MarFunchal, que peca por tardia, mas que vem trazer a claro que quanto mais forem as reivindicações dos Trabalhadores, incluindo também os da Autarquia, mais cedo ou mais tarde acabam por ser concretizadas. -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP disse que no que toca ao Voto de Saudação ao 25 de Abril, apresentado pelo GMM, não têm nada a dizer, por isso irão votar favoravelmente, assim como em relação ao Voto de Saudação ao 1º de Maio, apresentado pelo PCP/PEV-CDU. -----

De seguida colocou as seguintes questões sobre o **estacionamento da Praia Formosa**: -

- Qual é a estratégia da Câmara em relação ao entendimento com a empresa detentora do espaço? -----

- O que é que pensa fazer para o próximo verão que se aproxima, de forma a colmatar a situação que se vive no momento? -----

5 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP reforçou a posição de voto daquela bancada sobre os Votos propostos e apresentados, esperando que a “Geringonça” não aconteça porque de facto há documentos do Orçamento de Estado para o próximo ano, que revelam que a “Geringonça” não é aquilo que estavam à espera. -----

Referindo-se à proposta do GMM sobre a **Descentralização das reuniões da Câmara pelas várias Freguesias** elogiou-a porque, embora estes tenham a tendência de copiar modelos que funcionam, essa vem ao encontro de uma proposta do CDS/PP, em que sempre defenderam a descentralização política, neste caso concreto do Executivo ir ao encontro das Juntas de Freguesia, uma vez que estas são os Autarcas que percebem mais sobre a Freguesia e do que esta necessita, tal como já o faz o Município de Santana. -----

Daí que o Grupo Municipal do CDS/PP irá propor, em futura alteração do Regimento daquela Casa, que três Sessões Ordinárias daquela Assembleia se realizem nas três

maiores Freguesias do Funchal: Santo António, São Martinho e Santa Maria Maior. Porque estas reúnem melhores condições devido às dimensões geográficas e do ponto de vista físico e logístico. Sendo o horário alterado para as dezassete horas porque é o melhor horário para a participação dos Cidadãos. -----

Seguidamente, referindo-se à questão do Campeonato Europeu de Natação Adaptada, começou por louvar a iniciativa do Presidente da Associação de Natação, que muito tem lutado em prol daquela modalidade, de junto da Federação Portuguesa de Natação conseguir articular com o órgão máximo da Federação Internacional de Natação para que aquele Campeonato se realizasse na Cidade do Funchal. -----

Como tal, também é preciso tirar o chapéu ao Município do Funchal que apoiou e bem aquela iniciativa. -----

Contudo, apontou que não basta passear e apelar aos projetos de turismo na Cidade do Funchal, é necessário também ouvir e sustentabilizar uma nova Cidade daquilo que pretendem para o Funchal, porque há zonas verdes da Cidade que necessitam de limpeza, ruas que necessitam de ser preservadas e edifícios com imóveis degradados, nomeadamente na Zona Velha do Funchal, que necessitam de reestruturação. -----

Por isso terminou apelando ao bom senso, ao diálogo e à concertação, porque os planos e os diálogos fazem-se com todas as pessoas que querem construir mais e melhor um Funchal para os Funchalenses. -----

6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD antes de dar início às questões da sua intervenção, quis elucidar que todas as intervenções que hoje ali fizer não têm nada de pessoal, nem com as pessoas, nem com ataques e ofensas pessoais. Todas as considerações que serão feitas no decorrer de toda a discussão serão relacionadas com opções políticas e com a gestão da Autarquia. Por isso pediu que todos (as) relevem até porque o seu relacionamento com estes é muito anterior ao desempenho

das funções. -----

Prosseguindo começou por referir-se à questão dos **Transportes e da Mobilidade** dizendo:

- O Senhor Vereador do pelouro teve a amabilidade de enviar o estudo que presidiu às opções que foram tomadas, no que diz respeito a algumas alterações que foram feitas ao nível do estacionamento e da mobilidade no Concelho do Funchal. -----

Que a bem de uma análise mais correta dessas opções foi necessário esperar algum tempo para ver o efeito que as mesmas têm produzido. -----

- **Rotatividade de estacionamento:** o estacionamento feito dentro da malha dos centros urbanos deve de ser um estacionamento de curta duração, com elevada rotatividade de maneira a que as pessoas possam usufruir dos serviços que a Cidade oferece, quer ao nível do comércio, dos serviços públicos e das suas necessidades básicas, tendo sempre em conta que todos os estacionamentos ou todas as opções de longa duração devem ser encontradas ou nos estacionamentos privados, ou noutras alternativas. -----

Porém, com o estacionamento dos diferentes espaços que foram criados para os motociclos, embora não discorde com aquela opção, crê que se exagerou na quantidade que foi atribuída e que pelo facto de esses espaços não serem pagos, a eficácia no que diz respeito à rotatividade desapareceu. -----

Por exemplo: no dia de maior afluência ao Mercado dos Lavradores, todos os espaços estão ocupados em transgressão para descarga. Se for necessário ir à única Farmácia que está aberta vinte e quatro horas a alternativa de estacionamento até às vinte e três horas é no Centro Comercial "La Vie", após essa hora comete-se uma transgressão, porque os outros lugares de rotatividade pagos, como a partir das vinte horas não se paga estacionamento os moradores que vêm os seus lugares ocupados colocam nesses lugares, e na outra faixa do "La Vie" encontra-se uma Praça de Táxis. Referiu ainda que a Câmara tem manifestado intenção de dar mais vida à Cidade, porque



esta a partir das vinte horas horas é uma Cidade morta, embora seja um problema que vem de trás, com estas opções que foram feitas a situação agudizou-se. -----

E excetuando a Zona Velha, as várias esplanadas na zona do centro do Funchal entre a Sé e o Teatro Municipal, poderiam ter algum movimento, mas com o facto dos lugares para motociclistas, que a essas horas estão completamente desertos e livres porque os motociclistas normalmente são pessoas que utilizam aquele meio de transporte para vir trabalhar e a partir das dezanove / vinte horas horas os desocupam, acaba por ser uma pena ver todos aqueles lugares livres e não os poder utilizar, pois os poucos lugares de estacionamento rotativo são logo ocupados. -----

Assim, como já foi referido, julga que existem zonas críticas em que essa opção não devia de ter acontecido, nomeadamente na Loja do Cidadão, sem fazer-se testes de experiência para ver se os mesmos resultavam e depois se pudessem aplicar, como por exemplo os testes de experiência com as Bike Boxes e os Kiss & Ride que o Senhor Vereador já referiu.

- **Sinais de Trânsito:** pediu ao Senhor Presidente da Câmara que na sua intervenção esclarecesse se as relações entre a Câmara do Funchal e a PSP são "frias", como tem vindo a público nas notícias. -----

E se de facto irão ser tomadas medidas no que diz respeito à renovação e à homologação dos sinais de trânsito? -----

- **Perigo eminente no nº 82 da Rua 5 de Outubro:** conforme já denunciou publicamente há cerca de um mês, critica a demora na solução daquela situação, onde existe uma cratera resultante de uma obra inacabada / abandonada, que estava vedada com um taipal que aquando do último vendaval, algumas delas desapareceram deixando uma situação de perigo iminente e grave. -----

- Qual o ponto de situação dos seguintes processos: **Processo do Boutique Hotel Castanheiro** e do **Edifício Caju**? -----



...
...
- **Funcionamento e relacionamento da Vereação e da Assembleia com a Oposição Municipal:** na última Sessão Ordinária daquela Assembleia que se realizou no dia vinte e seis de fevereiro, deram entrada de um requerimento que solicitava diversa documentação. Reconhecendo que era um manancial de documentação extensa concederam um prazo de trinta dias para a Câmara prestar essas informações. -----

O ponto sobre a questão dos Processos Disciplinares já lhes foi satisfeito, porém toda a outra informação solicitada ainda não foi enviada. -----

Como tal, questionou qual é o ponto da situação porque este é um direito da oposição e de todos os Deputados Municipais. -----

- **Disponibilização da documentação para aquela Assembleia Municipal:** solicitou um esclarecimento sobre o atraso na entrega da documentação, nomeadamente no seu aspeto mais relevante que é a questão da Prestação de Contas de 2015, em que só tiveram acesso à mesma na terça-feira. -----

Porque, são documentos extensos e que precisam de uma análise mais cuidada sob pena de fazerem uma análise descuidada, menos factual e que importe menos aos Cidadãos do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** começou por esclarecer ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues que sobre o requerimento entregue pelo PPD/PSD na última Sessão Ordinária, o Senhor Vereador Miguel Gouveia referiu-lhe que toda aquela informação está a ser coligida e tratada pelo Departamento Financeiro, só que em virtude de nos últimos dois meses o Departamento Financeiro ter estado a preparar o documento de Prestação de Contas e também a responder às questões solicitadas pelo Tribunal de Contas, no âmbito da auditoria do endividamento dos anos de dois mil e nove e dois mil e treze, a satisfação daquele pedido está um pouco retardada porque tem sido humanamente impossível aceder a todas essas solicitações. -----

...

...

No entanto, essa informação irá ser logo que possível entregue dentro da possibilidade de trabalho e da operacionalização do Departamento Financeiro. -----

Relativamente à entrega dos documentos digitalizados sobre a Prestação de Contas 2015, ao Grupo Municipal do PPD/PSD, clarificou que dado o tamanho do ficheiro este teve que ser enviado por outra via, o We transfer, e no âmbito desse envio o sistema só permite que se envie de cada vez, até dezanove destinatários e por mero acaso os Deputados do PPD/PSD estavam nessa sequência pelo que não ficaram abrangidos nesse envio. -----

Como todos os outros Deputados, Vereadores e Presidentes de Junta receberam, a Secretária da Assembleia, julgou que também tinha sido enviado para os Deputados do PPD/PSD nesse envio. No entanto, quando constatado o lapso involuntário foi logo corrigido e enviado. -----

Por a receção por parte dos Deputados do PPD/PSD ter sido com menos tempo, a Mesa penitenciou-se e pediu desculpa pelo lapso, frisando que não houve nenhuma má-fé ou intencionalidade de tardar a chegada da informação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Rodrigues, do PPD/PSD** agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia o seu esclarecimento, e em nome da amizade que sustentam acredita que não houve má-fé. -----

Em relação à resposta dos elementos solicitados pediu que a Vereação definisse um prazo, porque não se conforma apenas com o “quando for humanamente possível”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que segundo a informação que o Senhor Vereador Miguel Gouveia acabou de lhe transmitir, fica definido que o prazo de entrega da documentação em falta será até à realização da próxima Assembleia Municipal, que se realizará em junho próximo. -----

Pelo que, fica também o compromisso da Mesa de que se o pedido não for satisfeito até essa data, a Mesa fará o devido reparo e chamada de atenção da Vereação pelo não

Carlos Alberto Rodrigues

cumprimento do mesmo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** disse que a Vereação pode enviar a documentação por partes, pelo que não é necessário enviá-la de uma só vez. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a comprometer-se de que toda a informação que for chegando no âmbito do requerimento será facultada de imediato a todos os grupos municipais. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** pediu um esclarecimento ao Deputado Carlos Rodrigues pelos reparos pertinentes que fez em relação aos estacionamento no Funchal, nomeadamente quando exemplificou o da ida à Farmácia, se o mesmo defende que depois das vinte horas os parquímetros sejam pagos? Em relação à questão do Mercado dos Lavradores reconheceu que as carrinhas param nos parquímetros para carga e descarga, mas também defendem que sejam os agricultores e os comerciantes a acartarem mercadoria às costas, porque não têm alternativa e porque é num curto espaço de tempo que fazem essa carga e descarga. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** esclareceu que concorda que as pessoas parem nos parques que são pagos a partir das vinte horas. O seu reparo foi pelo facto de constatar que esses lugares estão ocupados de forma permanente até à hora de início do pago, o que não permite que alguém ocupe um lugar para ir à Farmácia, e aí terão de arriscar uma transgressão de trânsito estacionando na paragem de táxis, ou na paragem de autocarros ou no lugar das motas. -----

Em relação aos comerciantes do Mercado dos Lavradores, o que defende é que deveriam de ter mais lugares para cargas e descargas e menos lugares para motas. -----

7 - O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM tomou de novo a palavra para apresentar uma questão que lhe pediram para apresentar, para que

ficasse registado em Ata e que se transcreve: -----

"É uma coisa simples mas de difícil resolução, porque é uma situação que parte é da responsabilidade do Governo e parte da Junta de Freguesia, mas de maior responsabilidade de quem infringe as regras. -----

Um agricultor das Zonas Altas de Santo António que tem uma exploração de agricultura biológica, mandou-me um mail com fotografias em que o sabão, o lixo e animais ainda vivos vão nas levadas em direção aos tanques e aos terrenos que estão a ser cultivados. -----

Nós sabemos que isto não é da responsabilidade da Câmara, mas este é um problema de todas as zonas altas e não só de Santo António, por isso apelamos à Câmara para tentar através da sua Fiscalização Municipal detetar quem são os infratores. -----

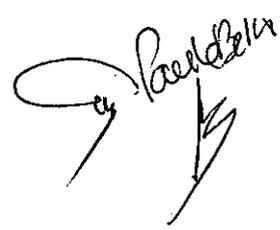
Nestas zonas embora exista esgoto, muitas casas não têm canalização para o mesmo e isto é uma preocupação que é de saúde pública. -----

Existem Associações de Regantes que deviam de zelar por estes canais de água que são direcionados aos agricultores, mas também nada fazem. Existe muitos subsídios, muitos dinheiros a rolar nessas Associações e depois verificamos que o número de Levadeiros não chega, o papel dos Fiscais Municipais deverá ser reforçado neste aspeto e o da Junta também porque é aquela que está mais próxima da população, detetar os infratores, não para penalizar mas para aconselharem a ligarem os seus esgotos." -----

8 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM começou por se referir ao seguinte pedido de esclarecimento entregue à Mesa: -----

"Tendo sido tornado público em Março passado, que o Município do Funchal terá contratualizado com instituições bancárias operações financeiras, traduzidas por "SWAP CANCELÁVEL", numa forma próxima de uma "operação financeira especulativa", com base em empréstimos fictícios em Novembro de 2008. -----

Tendo as referidas "operações financeiras especulativas", lesado o município em perto de



um milhão de euros. -----

Tendo o Vereador com o pelouro das finanças de então, Dr. Pedro Calado, dito publicamente que era “*como jogar no totoloto*”, que “*usar o nome do Presidente Miguel Albuquerque neste caso é fazer chacota política*”, tendo ainda negado que tenham sido manobras especulativas feitas com base em contratos fictícios. -----

Sabendo que nos relatórios de contas, está clara a natureza desses contratos e que constam apenas numa nota de rodapé, numa das imensas tabelas que lá constam. -----

Sabendo também que esses contratos terão sido assinados pelo Dr. Miguel Albuquerque, e pelo Dr. Pedro Calado. -----

O Grupo Municipal Mudança solicita à Câmara Municipal do Funchal, toda a informação, o mais pormenorizada possível, sobre estas operações bancárias, nomeadamente sobre a deliberação do órgão com competência para tal e cópia dos contratos e respetivas assinaturas. -----

Solicitamos também informação, sobre quais as consequências ao nível legal, caso sejam detetadas irregularidades neste processo.” -----

Depois dirigindo-se ao seu ex-camarada Gonçalo Pimenta, disse que se houvesse algum óscar naquela Assembleia Municipal para ser atribuído, este com certeza o receberia por ser o Deputado mais demagogo. -----

Porque a proposta que anunciou apresentar verbalmente para se realizarem Sessões da Assembleia Municipal, será em somente três Freguesias, evidenciando uma forma discriminatória negativa que não é muito justa. -----

Assim, julga que no seu ADN houve uma mutação, porque onde esteve antes tratam todas as Freguesias de forma igual, e revêm-se no tratamento que deram nas transferências financeiras e de competências. -----

Terminou referindo que para sua mágoa e tristeza, na Sessão Comemorativa do 25 de Abril

que foi comemorado recentemente naquela Assembleia Municipal, o órgão importante do Município e do Poder Local, somente uma Deputada do maior Partido da oposição esteve presente e muitíssimo bem usou da palavra, como é apanágio e é a praxis daquela nova liderança camarária em que todos têm direito à palavra. -----

Assim como os cinco Presidentes de Junta de Freguesia, eleitos pelo PPD/PSD, também faltaram àquela Sessão, pelo que considera um desrespeito não comparecerem nem se fazerem representar como outros o fizeram. -----

E embora tenha notado também que, à exceção do Deputado Independente Eduardo Welsh, os outros Deputados Independentes (ex-PND) também não estiveram presentes. A ausência da maioria na sua opinião pessoal, é sem sombra de dúvidas o desrespeito pela Democracia e pelas Comemorações de Abril, e tem um significado deveras muito importante para os Funchalenses aqueles que não querem comemorar a abolição da Ditadura e comemorar a Liberdade. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Camacho Pimenta, do CDS/PP** pediu defesa da honra dizendo: “Que na política sempre aprendi uma coisa que foi transparência total, transparência da vida quer pessoal, quer social, quer económica e portanto não tenho rabos-de-palha. Venho de famílias humildes, trabalhadoras e nunca deixei de afirmar dentro do meu Partido que tinha vindo de uma outra família política, porque isso não é vergonha nenhuma e só os burros é que não mudam. -----

De facto do ponto de vista comportamental, social, político e pedagógico junto da minha sociedade que vivi e que estou a viver, não vai mudar por isso. -----

Por isso o Senhor Deputado Sérgio Abreu que construa a sua família dentro da sua própria casa e pergunte ao Senhor Presidente da Câmara quando é que se vai filiar no Partido Socialista, porque toda a Sociedade do Funchal já se apercebeu que há uma manobra política do Senhor Presidente da Câmara em ser o futuro Presidente do Partido Socialista,



...
...
e saber se o Senhor Deputado vai apoiar o Senhor Presidente da Câmara à candidatura do PS-Madeira ou se vai apoiar o Dr. Carlos Pereira?" -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** fez uma interpelação à Mesa solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia, seu ilustre colega do Curso de Organização e Gestão de Empresas, que presumindo que o mesmo ainda tenha guardado os livros que utilizaram na Faculdade, fizesse o favor de enviar ao Senhor Deputado Sérgio Abreu a edição mais atual do livro "Princípios de Gestão Financeira", para que aquele saiba e perceba o que é um Swap. -----

Aproveitou ainda para solicitar que seja enviada a lista de todos os contratos Swaps que foram assinados pelos Governos Socialistas, pelo Governo Regional dos Açores e pelo Governo Regional da Madeira. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que realmente deu entrada na Mesa o pedido de esclarecimento do GMM, apresentado pelo Senhor Deputado Sérgio Abreu. E solicitou que o mesmo também seja satisfeito até à realização da próxima Assembleia Municipal em junho. -----

Relativamente ao pedido do Senhor Deputado Carlos Rodrigues, respondeu que como este compreenderá, a Assembleia Municipal não tem poderes nem competência nessa matéria para junto dos Governos da República, dos Açores e da Madeira, satisfazer aquele pedido. Sobre o manual de Gestão Financeira, julga que ainda o tem na sua biblioteca, e que quando o encontrar, embora julgue que o mesmo já esteja desatualizado, fotocopiá-lo-á relativamente ao capítulo dos Swaps. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** pediu defesa da honra porque o Senhor Deputado Carlos Rodrigues não usou a figura regimental devida e que o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta fez um ataque à sua pessoa. -----
Sobre a questão do envio do livro agradeceu e informou o Senhor Deputado Carlos

...
...
Rodrigues e o Senhor Presidente da Mesa, que julga já o ter em casa porque o Pai do Senhor Presidente da Assembleia Regional foi seu Professor e como era um excelente Professor julga que aprendeu alguma coisa. -----

Quanto ao quesito do que fizeram os outros governos, essa justificação fica com quem a pronúncia, quer seja governo do PS, quer seja Governo dos Açores. O que sabe é que o Funchal foi o único Município do País a apostar naquele método e mecanismo especulativo, e que não foi assinado nem ratificado nem no Executivo nem naquela Casa. -----

...
9 – A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM deu início à sua intervenção dizendo que aceitam a sugestão da Senhora Deputada do PCP/PEV-CDU, para incluir no primeiro ponto a caracterização que era um regime *fascista*. -----

Depois referindo-se ao Voto de Saudação sobre o 1º de Maio, apresentado pelo PCP/PEV-CDU disse que estão inteiramente de acordo e deu razão à Senhora Deputada Herlanda Amado quando esta disse, valer à pena os trabalhadores lutarem e reivindicarem as trinta e cinco horas que foram anunciadas na Frente MarFunchal e que já deviam de estar em vigor há muito tempo. -----

Depois demonstrou o seu descontentamento sobre as provocações que foram feitas à Frente MarFunchal, e o enxovalhamento que foi feito por gente anónima nas redes sociais em relação àquele problema, em relação à sua pessoa e a outras pessoas que sempre estiveram do lado da barricada e do direito dos trabalhadores. Por isso, não admitem que pessoas com anonimato ofendam aquela imagem de luta e de abnegação na defesa dos direitos de quem trabalha. -----

Seguidamente justificou que não esteve presente na Sessão Comemorativa do 25 de Abril porque estava ausente, mas o BE integrado na Mudança fez-se representar pelo Senhor Deputado Pedro Marques. E quis partilhar que teve um “cheirinho” ao 25 de Abril na rua, na Avenida da Liberdade que a fez sentir-se feliz e maravilhada. Porque sem o 25 de Abril

foi concretizado nem respondido o que motivou reclamações por parte daquela entidade. Entretanto, no final de dois mil e quinze foi novamente pedido à Autarquia o licenciamento do estacionamento. Pelo que foi solicitada a entrega, de acordo com a Lei, de toda a documentação para que o espaço fosse usado legitimamente por parte da empresa, de forma que pudesse ser rentabilizado legitimamente por parte da mesma. -----

Após troca de correspondência e de documentação e faltando ainda documentos a serem entregues àquela Autarquia, a empresa ITPF acabou por fechar o estacionamento e no mesmo dia acabou por entregar um requerimento de desistência do respetivo licenciamento. -----

Fez ainda questão de registar que aquela Câmara tinha todo o interesse que o promotor privado desencadeasse ali um espaço, que mesmo pago, pudesse servir de estacionamento para a população e para os frequentadores daquela zona balnear. -----

Por isso, irão desencadear tudo o que lhes estiver ao alcance para que o interesse público (estacionamentos e uso daquele espaço) não seja beliscado em nenhum aspeto, pois considera aquele espaço o *filet mignon* da Cidade do Funchal face às características à beira-mar, à situação orográfica e a dimensão dos terrenos que ali têm. -----

Referindo-se à ocorrência da **derrocada**, esclareceu que o espaço da promenade da Praia Formosa até Câmara de Lobos é da competência da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento. Pelo que a Câmara não interveio mas se houver essa necessidade irão com certeza intervir. -----

Quanto ao **passeio pedonal de São Martinho / Santo António**, reconheceu o atraso na implementação do mesmo e embora saibam que é frequentado por muita gente, há ali constrangimentos e estrangulamentos que são de difícil resolução, em que algumas situações implicariam expropriações e obras para que pudessem ter espaço disponível para



a circulação das pessoas. E embora o mais provável seja que não consigam ter todo o espaço nas condições que gostariam, vão fazer todos os possíveis para que o mesmo possa acontecer, pelo menos em grande parte do percurso. -----

Sobre a **perigosidade dos muros**, elucidou que a maior parte deles são já do seu conhecimento e que após a Câmara notificar os proprietários, monitoriza, através dos seus serviços técnicos, o estado dos mesmos. Porque a situação de risco eminente face à análise e à monitorização a Câmara pode-se substituir e intervir, pelo que é esse o procedimento que neste momento está a ser efetuado. -----

Em relação às **Casas do Parque Ecológico do Funchal**, Casa do Pico do Areeiro, Casa do Barreiro e Casa do Burro, são um património que a Autarquia possui mas que infelizmente nos últimos anos têm vindo a degradar-se. Como tal, pretendem recuperá-las nomeadamente através de apoio financeiro comunitário uma vez que estão inseridas dentro de um Parque Ecológico. -----

Estão também a elaborar um Regulamento para que haja condições de igualdade relativamente ao acesso às mesmas, e para que possam ser mantidas no seu usufruto em condições. -----

Sobre o **Empréstimo dos dez milhões de euros**, informou que o Tribunal de Contas para dar o visto ao mesmo, colocou trinta questões, uma situação que não é normal, pelo que estão a aguardar que o mesmo seja visado. -----

Por estar a referir-se à área financeira, aproveitou a ocasião para pedir desculpa ao **Senhor Deputado Carlos Rodrigues**, por não terem conseguido dar-lhe resposta ao solicitado no requerimento. -----

Mas o mesmo deve-se ao facto do volume de trabalho que se tem vindo a verificar no Departamento Financeiro e dos recursos humanos no mesmo, serem muito escassos. ----



Porque sofrerem saídas de dirigentes, tais como, uma saída de uma Chefe de Divisão para o Tribunal de Contas, uma saída do Diretor do Departamento Financeiro para a Assembleia da República, estando no momento a funcionar com dois dirigentes. -----

Sobre as questões do **Comércio**, começou por dizer que as medidas que têm no Programa de Revitalização não são medidas avulsas, porque fizeram um estudo de diagnóstico do Comércio e Serviços na Cidade do Funchal, o qual deu origem a um programa de ação de setenta medidas por quatro eixos e a grande maioria das medidas ou já estão implementadas ou estão em fase de execução. -----

Aproveitou ainda a ocasião para comunicar que aprovaram por unanimidade na reunião de Câmara do dia anterior, uma proposta do PCP/PEV-CDU, sobre a Classificação das Lojas Tradicionais, porque além de lhes parecer muito bem, no estudo que fizeram há já uma inventariação dessas mesmas lojas, para tentarem preservar aquelas que ainda não fecharam e que são uma marca da entidade da Cidade e do Comércio tradicional. -----

Em relação às várias questões sobre **Mobilidade**, colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Rodrigues, passará a palavra ao Senhor Vereador Domingos Rodrigues para melhor elucidá-lo. -----

Contudo, sobre a obra inacabada da Rua 5 de Outubro, quis esclarecer que no momento a situação já está a ser regularizada. Até porque a intervenção que está a ser efetuada na ribeira, está também a interferir na circulação naquela zona e o Departamento de Obras e Infraestruturas da Câmara conjuntamente com a Empresa que está a realizar aquela obra, está a substituí-la e brevemente estará resolvida para segurança dos transeuntes que por ali passam. -----

Quanto ao processo do **Boutique Hotel Castanheiro**, informou que o processo já está finalizado e encerrado. -----

Sobre o **Edifício Cajú**, transmitiu que ainda naquela semana houve uma reunião com o

promotor do mesmo e que o projeto de arquitetura e de especialidade foram já entregues, pelo que estão só a aguardar o parecer da Proteção Civil Regional para que as obras possam avançar com caráter de urgência, visto haver uma situação de perigo de derrocada da própria fachada do edifício. -----

--- De seguida deu a palavra ao **Senhor Vereador Domingos Rodrigues** que começou por agradecer de uma maneira sincera ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues, a sua intervenção tanto na forma como no conteúdo, porque viu claramente uma alteração na maneira como falou da Mobilidade, desde a última vez. -----

De qualquer maneira deixou que fique claro o que foi sempre ali dito: -----

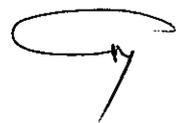
“1º - Todas as medidas têm caráter provisório, são todas polémicas e portanto é assim que é a Mobilidade. Qualquer Vereador, qualquer responsável pela Mobilidade de qualquer Município, de qualquer País Europeu, ou não, sabe que a Mobilidade é sempre polémica e é sempre provisória porque é dinâmica. -----

Portanto, todas as medidas que nós tomamos são passíveis de serem melhoradas e alteradas. Evidentemente que teria gostado que o Senhor Deputado encontrasse soluções concretas, infelizmente não o fez mas ficaremos à espera. -----

Mas, de qualquer das maneiras apresentou problemas e tentou alguns esclarecimentos aos “sound bytes” que por aí circulam, portanto nós estaremos sempre dispostos a escutar qualquer alteração. -----

Vou abordar algumas medidas referidas pelo Senhor Deputado sobre a Mobilidade: -----

1ª Grande medida, que ainda bem que o Senhor Deputado não referiu, foi retirar motociclos e bicicletas de cima dos passeios, portanto essa foi a única medida, na realidade, que nós tomamos. Ora, tudo o que estava em cima dos passeios tinha que ser retirado para algum lado, e tivemos que calcular o espaço que elas ocupavam e dar-lhes um espaço equivalente, nós sabendo que há 1500 motos a entrar, não podíamos pôr lugar para 100 porque depois elas iriam obviamente invadir o espaço público outra vez. -----



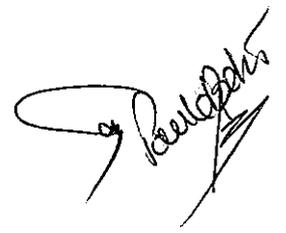
Nós fizemos uma contagem, deixamos um airbag, e não escondo que temos algumas dificuldades, como por exemplo o Edifício que está por detrás de nós que é passível de obter estacionamento, mas que não o podemos utilizar o que nos provoca algum pequeno desequilíbrio. -----

Senhor Deputado nós estamos a falar de um fenómeno que não é só nosso, vou dar-lhe um exemplo: Las Palmas, em 2 anos triplicou os lugares de estacionamento de motos, e eventualmente o Funchal vai ter que ter, porque há empresas neste momento a vender uma moto por dia, isto é um fenómeno sociológico. As pessoas andam de moto hoje em dia porque é mais barato, consome menos e ocupa menos espaço público. -----

As pessoas que andam de moto e de bicicleta são Funchalenses portanto têm direito também de ter um lugar para estacionar, e como se sabe as motos contrariamente aos carros não podem estacionar em qualquer lado, porque precisam de um local horizontal por isso temos algumas restrições. -----

E agora vamos ao "sound bytes", e vou-lhe dizer exatamente o que disse, que foi que acredito que num futuro próximo as motos vão ter que pagar estacionamento. E acho que isso tem que ser porque as motos hoje, e nós vamos apostar muito brevemente na Mobilidade Elétrica, todos os motores de combustão vão passar a ser empurrados por tudo aquilo que seja limpo. Você sabe que há carros que não pagam estacionamento porque não poluem, são elétricos. Portanto, isto será sempre assim e foi só isso que eu disse. Obviamente que isto foi aproveitado por Jornalistas, de uma maneira inocente com certeza, para pôr esse "sound byte", por isso estamos esclarecidos. -----

E até aceito a sua sugestão da rotatividade, embora as motos até têm rotatividade, mas a rotatividade das motos implica algum investimento em tecnologia, não é um carro, não se pode deixar o papelinho. Portanto, todas estas medidas estão previstas, estão estudadas, não as vamos aplicar hoje, amanhã. -----



Mas o que é um dado adquirido nas cidades e choca e compreendo a sua primeira intervenção há 6 meses atrás, as motas estavam espalhadas e de repente apareceram todas num sítio, mas nós temos milhares de motas, é uma tendência mundial, as motas vendem-se muito e temos que as pôr em algum lugar. -----

Neste momento nós estamos a implementar de uma maneira pausada porque *é preciso ter ovos para fazer omeletes*, e como sabe temos agora uma prioridade muito grande que nos fez gastar dezenas de milhares de euros em sinalização, mas já temos lugares para poder estacionar e largar as pessoas, e estas medidas avançam com a cadência que nos é possível, porque não temos recursos infinitos e não podemos muitas vezes implementar.--

Dentro de muito pouco tempo vou ter o prazer de lhe entregar a Estratégia de Mobilidade para o Funchal, é o fruto daquele trabalho que também lhe entreguei, tudo isso tem que continuar a ser analisado e nós vamos ter muito breve um documento que eu agradeço que leia, que comente e que dê as suas sugestões." -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** voltou a tomar a palavra porque ainda faltava esclarecer o Senhor Deputado Carlos Rodrigues, sobre as **relações entre a Câmara Municipal do Funchal e a PSP**, as quais são cordiais e de trabalho que acontecem ordinariamente de quinze em quinze dias, em que o próprio tem tido, ocasionalmente, reuniões com o próprio Comando da PSP e com a Divisão do Funchal. Também é verdade que nem sempre estão de acordo naquilo que são as questões relacionadas com a Mobilidade da Cidade do Funchal. -----

Sobre a **sinalética** referiu que têm um problema, porque a grande maioria dos sinais da Cidade encontram-se de forma irregular, pois houve uma alteração legislativa em mil novecentos e oitenta e oito e só pontualmente é que os mesmos foram sendo substituídos. E só se deram conta desta situação, depois de terem recebido queixas por parte dos Municípes de que a PSP não estava a atuar em situações de carga e descarga, em



.....
.....
.....
situações de entidades consulares e diplomáticas e nos lugares de moradores. -----

Assim, procurando resolver o problema compraram os setenta e cinco sinais existentes numa empresa e abriram o concurso para a aquisição da restante sinalética, para de uma vez por todas regularizar aquela situação. -----

--- **O Presidente da Assembleia** passou à **votação** o seguinte: -----

- **Aprovado por unanimidade o Voto de Pesar pelo falecimento da Jornalista Lília João Bernardes de Freitas**, com **trinta e oito votos a favor**, sendo quinze do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes. --

- **Aprovada por unanimidade a Proposta de Recomendação do GMM – Ao encontro das Freguesias**, com **trinta e oito votos a favor**, sendo quinze do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes. --

- **Aprovado por unanimidade o Voto de Saudação – Três razões para comemorar Abril, proposto pelo GMM**, com **trinta e oito votos a favor**, sendo quinze do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes, com a seguinte redação no ponto um da deliberação: “1- Saudar os 42 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 e o fim de um regime **fascista**, autoritário e opressor que tantas e tantos condenou ao ostracismo, à miséria, à opressão e à emigração”. -----

- **Aprovado por unanimidade o Voto de Saudação – Ao 1º de Maio e aos Trabalhadores Portugueses, apresentado pelo PCP/PEV-CDU**, com **trinta e oito votos a favor**, sendo quinze do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao Período da Ordem do Dia, dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira**



do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, começando este por referir algumas das iniciativas no espaço de tempo que mediou a última Assembleia da presente, naquilo que lhe parece relevante do ponto de vista político: -----

- **Obras e infraestruturas** - foi já adjudicada a obra física de requalificação do espaço da Loja do Município por cento e oitenta mil euros, pelo prazo de execução de cento e oitenta dias e que terá duas fases. -----

Uma das fases é a requalificação do espaço físico onde hoje funcionam as águas, que acabará por ser o front office. -----

A outra será depois o back office, com todo o software necessário para os diversos serviços, no sentido de haver uma maior transparência, maior qualidade e maior eficiência naquilo que é o serviço prestado pela Câmara Municipal e o compromisso eleitoral de dotarem a mesma de melhores condições e melhor serviço público. -----

- **Desenvolvimento Social** – submeteram ao FEDER o dossier sobre a identificação das comunidades desfavorecidas do Município de modo a terem o diagnóstico e a identificação, para a partir daí responderem às necessidades identificadas, tendo sobressaído dezanove comunidades desfavorecidas em bairros sociais. -----

- **Cultura** – lembrou com muito orgulho que o Teatro Municipal Baltazar Dias passou a integrar a Rede Eunice, do Teatro Nacional, em homenagem à atriz Eunice Munhoz. Através de um concurso público que foi feito, o que significa que de entre todos os Teatros que se candidataram, o do Funchal foi um dos três escolhido, a par do Teatro Gil Vicente no Sardoal e do Teatro Municipal de Vila Real. -----

Isto significa um acréscimo na qualidade do Teatro Municipal Baltazar Dias, porque têm um compromisso de três anos com a Rede Eunice, e por cada temporada artística terão três espetáculos do Teatro Nacional, o que é um motivo de orgulho acima de tudo para uma

Cidade como a do Funchal, com uma dinâmica cultural ativa e de qualidade, seja para quem cá vive, seja para quem nos visita. -----

Também no âmbito do Teatro e das comemorações do quadragésimo aniversário da Companhia Nacional de Bailado, terão em dois mil e dezassete uma grande produção desta Companhia, com a qualidade que também lhe é reconhecida e é mais um valor acrescentado na programação cultural desta Cidade. -----

Ainda no sector da Cultura, foi apresentada a **Feira do Livro**, a qual, está certo, será das melhores Feiras, não só pela qualidade como também pela quantidade dos escritores, que serão cinquenta, em que figurarão dois nomes, António Tavares, vencedor do Prémio Leya dois mil e quinze, o melhor prémio a nível europeu, e também o conhecido José Rodrigues dos Santos. -----

Haverá também o lançamento de sete livros inéditos, que lhe apraz dizer que dois são patrocinados pela Câmara Municipal do Funchal. -----

E ainda os seguintes acontecimentos: -----

- No palco existirão muitas conversas na Placa Central. -----
- Terão também uma novidade que é a hora H, uma espécie de happy hour dos livros. ----
- Haverá também um espetáculo, que tem sido um sucesso a nível nacional, do João Gil e a Ana Mesquita, que se intitula "Casados de Fresco". -----
- Existirão seis matinés de Cinema.-----
- De Lisboa vem também um festival de animação de muita qualidade que se chama "Monstra à Solta" e que vem acrescentar aquilo que são os Livros e os Escritores, uma programação de qualidade da quadragésima segunda Feira do Livro da Cidade do Funchal.
- **Turismo** – informou que o Funchal adquiriu uma Plataforma Mobile, uma aplicação que se chama JiTTMe, que está já implementado no mercado Nacional e Internacional que veio qualificar aquilo que é a sua estratégia da Cidade do Turismo no Funchal. -----

Considera a informação essencial para quem visita uma Cidade como a do Funchal e por aquela plataforma ser reconhecida internacionalmente, será uma mais-valia sendo que além da questão dos Roteiros cada pessoa mediante a sua localização e os seus interesses poderá fazer o seu próprio Roteiro. -----

Ainda no Turismo, a Câmara Municipal do Funchal lançou o Funchal Card, que é um produto que vem qualificar o produto turístico com informação de qualidade, que além da informação turística, tem novos mapas e nova informação muito mais atrativa e atualizada, porque a própria informação da Cidade estava já desatualizada, trazendo também vantagens para quem adquirir aquele Funchal Card pois têm a forma mais simples e económica de visitar a Cidade -----

Simple pela informação que será disponibilizada e económica pelas vantagens de quem adquirir aquele cartão, desde entradas gratuitas em Museus, descontos nas principais atrações dos roteiros turísticos e culturais da Cidade do Funchal, desde entradas nas zonas balneares, nos transportes públicos, transfers para o aeroporto, oferta da agenda cultural e ofertas especiais de experiências únicas. -----

Aquela não é nenhuma novidade, pois já se pratica nas Cidades europeias de referência e tem enormes vantagens, pelo que é com muita satisfação que veem a enorme adesão por parte de diversos parceiros. -----

Ainda neste sector têm também, e já se encontra concluído, o projeto de sinalética da Cidade do Funchal, porque a Cidade tem uma sinalética deficitária naquilo que é a orientação para quem a visita, pelo que querem que os turistas sejam direcionados para os principais pontos de interesse da Cidade do Funchal. -----

- **Economia** – começou por referir que nos últimos meses têm inaugurado diversos espaços que vêm requalificar o Mercado dos Lavradores, dando outro aspeto ao mesmo, não só na própria apresentação daquilo que são os produtos ali vendidos, como também os novos

objetos aos novos espaços. -----

Salientou também que estão a preparar um Mercado para o futuro e que ainda faltam seis espaços para produtos regionais, que irão a concurso no próximo mês de julho. -----

- No âmbito dos **40 Anos da Comemoração da Constituição** distribuíram a todas as Escolas uma Constituição, que se chama "Constituição da República trocada por / para miúdos". -----

E aderiram à Carta para a Igualdade do Género na União Europeia, na sequência do trabalho meritório que tem sido feito nas questões da Igualdade. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 - O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD fez uma nota prévia para agradecer ao Senhor Vereador Domingos Rodrigues as suas palavras e os cumprimentos, e devolve-os no sentido de que de facto nunca se furta às explicações e tem-nas dado quando é questionado sobre isso. -----

Depois disse que no seu caso pessoal não trata as questões da Mobilidade com leviandade, porque dada a sua atividade profissional, em que é associado a uma das empresas que é líder mundial nas questões da Mobilidade, estas são questões que tem como alguma curiosidade acrescida, mais do que uma curiosidade banal. -----

De seguida começou por referir-se à questão do Comércio e algumas ligações ao Turismo, que se prendem com esta sua intervenção, dizendo que como foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, a questão do Comércio tem um manancial de cerca de setenta medidas, divididas em quatro eixos que embora ainda não conheçam, esperam ter oportunidade de conhecer. -----

Mas partindo do pressuposto da manutenção das Lojas Tradicionais essa medida vai de encontro às atuais tendências do Turismo Mundial, que hoje em dia tem várias motivações para se deslocar que para além da Natureza e do clima ameno, há uma questão



fundamental que é aquele que vem há procura também da autenticidade. -----

E a autenticidade é algo que se tem tornado um dos fatores de movimentação dos Turistas pelo Mundo, ou seja, o Turista quando chega à Madeira procura aquilo que realmente é autêntico. E essa autenticidade pode estar no comércio, na restauração, na gastronomia, nas movimentações e nas manifestações culturais, folclóricas e tudo isso. -----

Por isso, não concorda com o excesso de artificialismo que estão a introduzir no Mercado dos Lavradores. Porque uma das razões pelas quais os Turistas o frequentam tem a ver com a autenticidade que ali era vivida e a partir do momento em que são introduzidas alterações que podem afastar os locais, poderá acontecer que o fator e a característica da autenticidade poderá desaparecer e o Turista vai se sentir defraudado. -----

Contudo concorda, apoia e até é capaz de dar sugestões no sentido de que o Mercado Municipal; infra-estrutura central da Cidade do Funchal e do Turismo da Região, carece e tem necessidade de uma modernização. Mas tem de ser construída uma equação que encaixe na sua formulação o fator autenticidade, fazendo com que ele se mantenha e se reforce. -----

Concluiu pedindo ao Executivo que faça o obséquio de explicar a sua visão em relação ao Mercado Municipal dos Lavradores, de modo que os possa sossegar de que essa autenticidade não se perderá em todo o processo. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP antes de passar a algumas notas e observações sobre o Plano de Atividades, voltou à sua intervenção anterior porque não ficou bem esclarecido sobre o estacionamento da Praia Formosa, por isso voltou a questionar se os Funchalenses na próxima época balnear têm ou não estacionamento, nem que seja pago, de modo a que possam usufruir daquela zona balnear? -----

Continuando saudou a preocupação que aquela Câmara tem sobre o Comércio Tradicional

no centro da Cidade, porque o comércio também é uma forma de estar na Cidade e um chamariz para quem visita as ruas, as montras e faz parte da imagem e daquilo que cá se vende. -----

Também gostariam de ter conhecimento do Plano Estratégico que a Câmara tem, de modo a que possam dar os seus contributos e os seus apoios -----

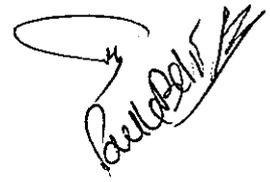
No que toca ao Mercado dos Lavradores, também concorda que devem manter a imagem secular do mesmo e para além do que foi dito pelo colega da bancada do PPD/PSD, preocupa-lhe o horário que se pratica no Mercado pois choca-lhe passar por lá num dia feriado e nos domingos de manhã e ver as Floristas junto do mesmo a vender as flores numa imagem de terceiro mundo e também os Turistas que vêm para ver o Mercado, deparam-se com ele fechado.-----

Passando ao Relatório de Atividades fez as seguintes observações: -----

1ª – Voltou a lamentar a **fraca adesão aos programas** que são do conhecimento de todos e que ali já referiram. Pelo que julga ser oportuno criar uma estratégia diferente de modo a que o acesso aos mesmos tivesse um maior número de adesão, onde as Juntas de Freguesia teriam um papel importante de passar a mensagem, dar conhecimento e o acesso aos mesmos, porque são programas que têm valor e é pena ter um acesso tão fraco. -----

2ª – Sobre o **Equilíbrio Orçamental** gostaria de saber quais são as razões de no 1º trimestre deter um valor negativo no valor de quatro vírgula nove milhões de euros. -----

3ª – A **Dívida de Terceiros** no primeiro trimestre é de vinte e três milhões de euros, pretendia saber sobre um item que é a dívida de um vírgula oito milhões de euros que tem vindo a aumentar em relação ao ano anterior, que é a ocupação da via pública no que toca aos parcometros e aos estacionamento, e sabendo que grande parte dos mesmos estão sendo explorados por uma empresa municipal, não é aceitável que haja dívida por essa



empresa municipal em relação à Câmara sobre o aluguer dos mesmos. -----

Assim, questionou se a empresa municipal, no que toca aos valores anuais que devem de ser pagos à Câmara, tem alguma dívida com esta? -----

4ª – Referente à **Execução da Despesa** o CDS/PP está preocupado com a diminuição acentuada no primeiro trimestre no que toca às despesas de aquisição de capital que se refere ao investimento público da Câmara do Funchal. No ano passado no mesmo período, a Câmara tinha feito um investimento de cerca de um vírgula três milhões de euros e no mesmo trimestre deste ano apenas tem trezentos e sessenta mil euros. -----

Por isso qual é a razão significativa no investimento previsto no primeiro trimestre e a fraca execução comparativa ao ano anterior? -----

3 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU

dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que no conjunto dos esclarecimentos que lhes prestou, houve alguns que não ficaram devidamente feitos, tais como: -----

- **Praia Formosa** faltou o esclarecimento em relação ao estacionamento que existe entre a unidade hoteleira, onde estão colocadas umas plataformas, se serão ou não retiradas para aumentar a possibilidade de quem lá vá poder estacionar devidamente, porque na estrada de acesso à Praia Formosa tem linhas amarelas e quem neste momento lá estacionar está em transgressão. -----

- Em relação às questões dos vários **muros**, faltou o esclarecimento em relação ao “Muro do Quintanilha”, na Rampa do Pico do Cardo. -----

- **Canil do Vasco Gil**, qual o ponto da situação da abertura do concurso, anunciado na última sessão daquela Assembleia? -----

- **Gabinete da Zona Velha**, como já não se ouve falar absolutamente nada daquele Gabinete e estando numa zona histórica da Cidade, quando tanto se fala de urbanismo e de preservar o património, gostariam de saber qual é que está a ser a sua intervenção e se

está ou não em funcionamento? -----

- **Gabinete das Zonas Altas**, embora seja falado sempre pelos piores motivos esquecendo-se do papel fundamental e imprescindível que o mesmo, durante algum tempo, permitiu aos munícipes que lá se deslocavam, questionou se o mesmo ainda presta serviço para o qual foi criado? -----

E observou também que o local onde ele agora se encontra não facilita a deslocação de alguém que dele necessite, em especial para alguém que tenha mobilidade reduzida, devido à inclinação da rampa. -----

- **Parque Ecológico do Funchal:** -----

- Está ou não sem Diretor? -----

- Para quando o plano de rearborização? -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente registou

o seguinte: “Na apresentação deste ponto por parte do Senhor Presidente da Câmara o *in foco* foi maioritariamente sobre duas questões: Turismo e Cultura. E fica a impressão que o Turismo e a Cultura são o Alfa e Ómega desta Câmara. Penso que o Senhor Presidente desta Câmara foi eleito para um pouco mais do que isso, aliás a soberba com que a defende em áreas que tutela em relação aos seus colegas de Vereação, também revela bem precisamente uma maioria insuflada. -----

Mas em relação que como que destrata ou trata os seus colegas de Vereação, temos um histórico sobre isso e não vale a pena nos lembrarmos. -----

É evidente que o Turismo e a Cultura são muito importantes numa Cidade, ainda mais numa Região de mono produto como é a Madeira. Mas a Cultura e o Turismo não é só o que a Cidade anseia, o que os Munícipes anseiam, há imensas áreas sociais que foram o foco da campanha da Coligação Mudança que estão esmifradas e ficam pela babugem. -----

Ainda há pouco o meu colega Lino Abreu referiu-se precisamente à pouca expressão, à



pouca atratividade, à pouca adesão que esses projetos de índole social que esta Câmara desenvolveu e encetou são de facto residuais. -----

O problema da habitação, o problema do desemprego e todas as sangrias sociais que o Funchal padece não são devidamente atendidas, auscultadas e explicadas. -----

Era esta a minha referência dentro do meu tempo disponível e agradecia que numa próxima intervenção, pudesse ser mais conciso relativamente a outras áreas de atuação, nomeadamente na área dos seus colegas, por exemplo o PDM uma ferramenta importante na área do território.” -----

5 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Miguel Encarnação Gonçalves, do PPD/PSD

deu início à sua intervenção questionando o porquê do cancelamento de véspera da Assembleia Municipal Jovem? E para quando o seu novo agendamento? -----

Depois sobre o Relatório de Atividades colocou as seguintes questões e chamadas de atenção: -----

- Visto aquele ser um relatório em que só se faz copy paste de um para outro, como é que se consegue explicar que nos programas de âmbito social a data de início num relatório é uma e no relatório seguinte a data já é outra? E qual a data verdadeira? -----

Sobre os Programas de âmbito Social: -----

- Programa Câmara à Porta, para quando a solução da sua revisão que já perdura há um ano? -----

- Programa PRESERVA, porquê que das cerca de uma dezena de candidaturas aprovadas, apenas uma foi apoiada? -----

- Programa da Natalidade, em relação à subvenção do apoio à mesma, quais os números de cada um desses apoios? -----

Sobre este programa, da autoria do PPD/PSD, salientou que de entre todos os programas apresentados este é o mais bem conseguido com noventa e três apoios em seis meses e

no momento oitenta em análise. -----

6 – O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM registou o facto: “A nossa Cidade voltou a ser distinguida, subindo 9 lugares nos indicadores de Negócios e mais 5 lugares nos indicadores Viver, atribuídos pelo City Brand Ranking 2016 ocupando agora a oitava posição no Top Ten das melhores marcas municipais. -----

Quando este indicador foi criado em 2014, o Funchal ocupava o 29º lugar nos indicadores de Negócios e agora encontra-se na oitava posição. -----

Já no que respeita ao indicador Viver o Funchal, volta a ser o Município que mais subiu e encontra-se agora no 23º lugar. -----

Para quem estiver menos familiarizado com estes indicadores lembro que o Portugal City Brand Ranking 2016, é um organismo que mede a performance da marca de cada Município. -----

Para os detratores que insistem que esta Câmara está parada estas são distinções que provam bem o contrário.” -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondendo às questões para as quais foi interpelado começou por responder ao **Senhor Deputado Carlos Rodrigues**, dizendo que relativamente ao Mercado dos Lavradores partilha da visão e dos princípios que este ali anunciou, o mesmo não acontecendo em relação aos medos e aos receios. -----

Evidenciou também que não quiseram compará-lo a nenhum outro Mercado, porque o Mercado dos Lavradores é único e com uma identidade muito própria, apenas procuraram melhorá-lo numa perspetiva de assegurar e prevenir o futuro, naquilo que é o aspeto estético do mesmo e também do objeto das concessões que são atribuídas. -----

Pelo que a intervenção deve fazer-se a montante como prevenção, do que depois correr em busca do prejuízo, porque há prejuízos que infelizmente são irreversíveis. -----

Em relação à sua autenticidade, confirmou que continuam a ter os espaços e as bancas

com produtos regionais na sua essência, que fazem com que o Mercado seja o ex-libris da Cidade do Funchal. -----

Sobre o excesso de artificialismo, refutou que o mesmo existia anteriormente. -----

- **Ao Senhor Deputado Lino Abreu**, esclareceu que no que diz respeito à abertura do Mercado, também apreciava que este estivesse aberto todos os dias da semana mas aquele é um problema que não conseguem resolver porque os vendedores, na sua maioria, têm os seus próprios negócios e não conseguem estar os sete dias da semana seguidos sem folgar. E o figurino do Mercado com o open space, com as lojas sem qualquer tipo de privacidade, de recolha e de recato naquilo que é a exposição dos produtos, não garante a segurança de que uns estão e outros não estão. -----

Quanto às floristas venderem à porta do Mercado, não vê nenhum inconveniente, antes pelo contrário considera que até é uma mais-valia que acaba por ser um cartaz, vê-las com os seus trajês a venderem ali as flores. -----

Aproveitando a ocasião informou que irão intervir no espaço e disposição das floristas, porque o mobiliário que lá se encontra está completamente degradado e pouco apelativo, pelo que já está a ser executado um novo mobiliário e uma nova disposição, já negociado com as mesmas. -----

Depois referiu-se à parte do Mercado que o preocupa imenso que é a Praça do Peixe, porque nos últimos anos os vendedores de peixe são cada vez menos. E isso deve-se ao facto do pescado que chega à Lota ser vendido, em grande parte, às indústrias transformadoras do mesmo, não garantindo uma cota aos vendedores de peixe de adquiri-lo, pelo que se torna necessária uma intervenção do Governo Regional. -----

- Aludindo as questões colocadas pelos diversos Deputados Municipais, sobre a fraca adesão aos **Programas Sociais**, disse que o sucesso dos mesmos é analisado pela adesão das pessoas, como por exemplo o Programa de Formação e Ocupação em

Contexto de Trabalho, inserido no Fundo de Investimento Social, que tem sido um sucesso e onde já foram investidos mais de meio milhão de euros. -----

Contudo, reconhece que nem todos estão a decorrer conforme o previsto e por isso estão a revê-los, uma vez que também existem questões que não podem transpor a Lei, como as que ocorreram no passado com determinadas instituições que foram alvo de relatórios do Tribunal de Contas. -----

Reconheceu também a colaboração e o trabalho que os Senhores Presidentes de Junta têm feito na divulgação dos programas, mas há questões que têm de ser ajustadas, pois não podem nunca ter situações como relatórios do Tribunal de Contas que ocorreram no passado com determinadas instituições com dinheiros. Portanto a malha é essa e por vezes a malha é apertada naquilo que gostariam de poder simplificar nos procedimentos e nos regulamentos, reconhecendo medidas ou alterações que terão de ser feitas. -----

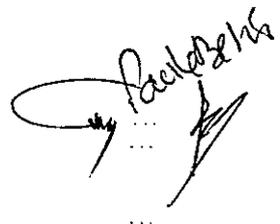
- À **Senhora Deputada Herlândia Gouveia Amado**, sobre as questões da **Praia Formosa** disse que vai tentar averiguar quais as estruturas que estão a ocupar o lugar de estacionamento, porque essa parte é propriedade municipal. -----

Quanto ao **Canil do Vasco Gil** transmitiu que o único pormenor que pode adiantar é que deram entrada duas propostas e que na próxima Reunião de Câmara, levará o relatório relativo ao concurso para a concessão da gestão do canil. -----

Sobre o **Gabinete das Zonas Altas**, comunicou que o mesmo não está parado e que têm muitos trabalhos, sendo um deles o Programa Social PRESERVA de recuperação de habitações degradadas, onde todos os processos e projetos são ali analisados. -----

Tendo ainda no ano de dois mil e quinze sido ali elaborados sessenta projetos. -----

Sobre a sua localização, reconhece algumas dificuldades mas o Gabinete funciona e tem sido muito útil, nomeadamente para os agregados familiares mais desfavorecidos e para a questão da habitação. -----



Relativamente ao **Gabinete da Zona Histórica**, informou que o mesmo não existe e toda a análise que tem sido feita à zona histórica é feito pelo Departamento de Urbanismo, onde existe um núcleo que trabalha com todos os aspetos da reabilitação urbana, nomeadamente dos núcleos históricos da Cidade do Funchal. -----

- **Ao Senhor Deputado Donato Paulo Vares Macedo** "Querida dizer-lhe que as questões que invoco na minha apreciação e análise são minhas, mas obviamente que são transversais a toda esta equipa. Nós somos uma equipa e como equipa as decisões independentemente dos pelouros, são tomadas por todos, é verdade que neste hiato de tempo foram estes assuntos, mas houve assuntos que foquei que nem são sequer da minha tutela, falei na Loja do Múncipe, na questão da Cidadania, na Carta para Igualdade de Género. -----

O Senhor Deputado falou no PDM que por acaso está sob a minha responsabilidade." ----

- **Ao Senhor Deputado Carlos Miguel Gonçalves**, admitiu que possa ter existido uma gralha, porque confirmou que as **datas** daquele relatório estão corretas. -----

Depois esclareceu que a **Assembleia Municipal Jovem** foi adiada, porque as propostas a apresentar para a Cidade pelos alunos das escolas não eram da competência da Câmara, prevendo-se a realização da mesma no mês de maio. -----

Sobre os valores: -----

- Da **Subvenção da Natalidade** são de sete mil oitocentos e noventa e três euros. -----

- Do **Subsídio Municipal ao Arrendamento** são de cento e trinta e um mil euros e trinta e cinco cêntimos. -----

- Dos **Medicamentos** são trinta e um mil e novecentos euros. -----

- Do **PRESERVA** são vinte e três mil setecentos e cinquenta euros. -----

Sobre as questões do ponto de vista financeiro passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** que esclareceu o seguinte: "Para responder às questões levantadas pelo

... ..
... ..
... ..
Senhor Deputado Lino Abreu, de facto há uma **divida da Frente MarFunchal** à Câmara Municipal. É uma divida anterior a 2006 de sensivelmente quatrocentos mil euros relacionada com o fornecimento de água potável, antes de haver sido deliberado pela Câmara Municipal que a Frente MarFunchal não seria passível de faturação de água potável. -----

Em relação ao **aumento da divida da ocupação do espaço público e de parquímetros**, o mesmo deve-se ao facto de ter crescido no primeiro trimestre deste ano comparativamente ao do ano passado. E reveste-se grande parte pela questão das taxas que foram cobradas ao Club Sport Marítimo, que foram emitidas durante ao ano passado e neste momento ainda se mantêm e o processo está a ser discutido em instância judicial, porque o Club Sport Marítimo impugnou essas faturas emitidas pela Câmara Municipal do Funchal. -----

Relativamente à **diminuição acentuada da Aquisição de Bens de Capital** em relação ao ano anterior, recordo que no ano passado o Quadro Comunitário de Apoio foi quando fechou o Quadro Comunitário de Apoio anterior 2007/2014 e no início do ano passado tivemos a execução financeira. -----

O pagamento dos últimos programas do PODRAM antigo que ainda tínhamos, este ano ainda não o temos, como tal à aqui uma diminuição das despesas de capital pelo facto de não haver quadros comunitários a entrar este ano ao contrário do ano passado que ainda tínhamos qualquer coisa do PODRAM. -----

Sobre a questão do **equilíbrio orçamental** que no primeiro trimestre é negativo, ora numa perspectiva de cálculo a forma como se calcula o equilíbrio orçamental são as receitas correntes até ao primeiro trimestre, subtraídas das despesas correntes destes três meses e da média das amortizações dos últimos vinte e quatro meses, e a média é uma média anual não é uma média que reflete três meses. -----



É claro que só no fim do ano, por via deste cálculo, é que vamos ter os quatro trimestres da execução da receita e da despesa e as amortizações médias que manterão os tais sete milhões e oitocentos euros que aí estão. -----

Portanto, estes quatro milhões de euros negativos não são preocupantes porque até ao fim do exercício conseguiremos recuperá-los.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** solicitou à Senhora Deputada Paula Belbut, Primeira Secretária da Mesa para retomar o seu lugar na mesma, agradecendo ao Senhor Deputado José Gabriel Oliveira a sua colaboração. -----

--- De seguida deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** para apresentar o **Ponto dois - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015, em observância do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09** começando este por apresentar em síntese a prestação de contas de 2015: “Relativamente ao enquadramento macroeconómico há um ligeiro decréscimo do desemprego em 2015 e um ligeiro aumento do PIB de 1,32%. Segundo os dados do Instituto Nacional de estatística não houve inflação. -----

Isto significa que houve de facto uma pequena melhoria nos rendimentos disponíveis em Portugal, mas ainda se continua a perceber que há uma dificuldade na cobrança de dívidas, como podemos constatar no Relatório na cobrança de dívidas de faturas emitidas pela Câmara. -----

Relativamente à **Execução Orçamental**, nós tivemos uma redução nas receitas sensivelmente de 3,5 milhões de euros, redução de 5% e uma contenção na despesa de 5% com destaque para a redução com despesa corrente na ordem dos 3% totalizando 70,6 milhões de euros. -----

Naquilo que diz respeito à **Contabilidade Patrimonial** temos um aumento de 3,4% nos proveitos e ganhos e também um aumento de 4,2% nos custos e perdas, que situaram-se

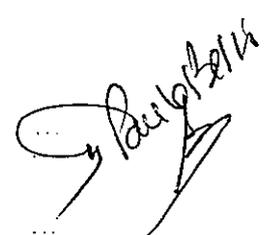
... nos 75 e 72,3 milhões de euros respetivamente. -----

De acordo com a demonstração de resultados, obtivemos um resultado líquido no exercício de 3,4 milhões de euros, ao que se acresce um resultado operacional que apesar de negativo de 900 mil euros, conseguimos estar numa tendência de equilíbrio destes resultados operacionais se tivermos em atenção que em 2013 os resultados eram de menos 3 milhões de euros, no ano passado menos 2 milhões de euros e este ano menos 900 mil euros. Estamos numa tendência de equilíbrio entre aquilo que são os proveitos e ganhos de natureza corrente e os custos e perdas também desta mesma natureza, portanto da operação que a Câmara tem. -----

... Em relação ao **Balanço** podemos verificar que o grau de autonomia financeira é de 80,7%, o grau de cobertura do imobilizado de 86% e a liquidez geral na ordem dos 48%. ----- Isto em relação à análise patrimonial das contas, quer a nível de balanço quer a nível de demonstração de resultados. -----

Se formos analisar um pouco mais detalhadamente o comportamento orçamental da Câmara, verificamos que cumprimos com todas as regras de execução orçamental o que nos coloca fora dos mecanismos de alerta precoce de más práticas orçamentais, ou seja, tivemos uma execução quer do orçamento da receita quer do orçamento da despesa superior aos 85% que a Lei define como boas práticas orçamentais, tivemos na Receita 89% e na Despesa 87%. Sendo que a Receita arrecadada foi de 72 milhões de euros e a Despesa foi de 70,6 milhões de euros. -----

Falando agora naquele indicador que se falava ainda há pouco quando se analisava o equilíbrio orçamental, no exercício de 2015 conseguimos cumprir com o equilíbrio orçamental, tivemos resultados positivos na chamada poupança corrente, ou seja, o diferencial entre aquilo que são as Receitas Correntes, os nossos encargos com a Despesa Corrente e Amortizações de Empréstimos de médio e longo prazo, tivemos uma poupança



corrente de 4 milhões de euros que foram aplicadas em despesas de capital, ou seja na aquisição de bens de investimento, portanto cumprimos com a regra de equilíbrio orçamental. -----

Naquilo que diz respeito ao **Serviço da Dívida**, o capital em dívida relativamente a empréstimos de médio e longo prazo foi reduzido em 7,2% e o total de encargos com os empréstimos com fornecedores foi reduzido também em 0,6%. -----

Portanto, no ano passado não foram contraídos novos empréstimos nem foi também utilizado o empréstimo de curto prazo de 3 milhões de euros, que tínhamos contraído no ano passado e que oportunamente retiramos do orçamento. -----

Há que enaltecer também outros dois indicadores, nomeadamente o prazo médio de pagamento a fornecedores reduziu-se para 53 dias, quando no ano passado era 66 dias e ainda uma execução financeira quer do Plano Plurianual de Investimentos quer do Plano de Atividades Relevantes superior a 75%. -----

Tivemos no PPI uma execução de 76%, isto do ponto de vista de execução financeira, porque se formos a analisar a diferença entre a execução financeira e a execução física, a execução financeira é aquilo que é pago dentro do exercício de 2015 e a execução física é aquilo que foi de facto feito mas ainda está dentro do prazo de pagamento e as faturas derramam depois para o exercício seguinte. -----

Se analisarmos a execução física temos uma execução superior aos 100%, se analisarmos a execução financeira temos uma execução de 76%. -----

No **Plano de Atividades Relevantes** temos uma execução de 81%. -----

Finalmente queria referir algumas das **obras que foram efetuadas no ano passado**, nomeadamente o **Complexo Balnear do Lido** em que a obra fechou em 31 de dezembro de 2015, depois a obra foi levada a concurso e foi financiada, havendo depois todo um conjunto de adaptações e adequações para poder abrir ao público e isso já foi feito este



... ano. -----

Tivemos a **requalificação do Caminho do Poço Barral, o novo arruamento no Caminho do Paiol, a reconstrução da Ponte do Pisão, a reabilitação do Canil do Vasco Gil, a recuperação da Capela Mortuária de São Gonçalo, a reabilitação do Mercado da Penteada e a Reflorestação, Arborização e Controle de Infestantes no Parque Ecológico.** -----

Dentro daquilo que não é despesa corrente, se analisarmos aquilo que são as transferências correntes para as famílias, teve um aumento substancial este ano dada a matriz social destes programas que têm sido desenvolvidos pelo Município, mas quando se fala de classificação de despesas de capital de investimento estas foram as obras que tiveram maior relevância no ano passado. -----

Posso-vos dizer também que fizemos uma correção do ponto de vista de amortizações, foram este ano revistas mais de 100 fichas de imobilizado que estavam com amortizações pendentes. Foram corrigidos também neste exercício e nisso gostaria de deixar ao Departamento Financeiro o meu especial agradecimento, que com os poucos recursos que tem, fizeram um trabalho a todos os níveis notável e também ao Dr. Duarte Góis que tem feito algum trabalho árduo de registar em nome do Município, um conjunto de imóveis que se encontravam ainda com registo pendente ou pelo menos deficitário nesse aspeto. -----

Portanto, não só esses imóveis podem ser registados no nome do Município como houve de facto adequação das fichas de imobilizado refletindo as amortizações de acordo com o SIB, o código de Inventariação dos Bens do Estado, portanto foram atualizado de acordo com esta legislação nacional." -----

INSCRIÇÕES: -----

1 - O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP fez a seguinte avaliação sobre a Conta de 2015: "Realmente sobre os rácios e sobre a performance

financeira e equilíbrio orçamental pouco ou nada temos a acrescentar, a conta apresenta bons rácios, apresenta uma boa execução orçamental, apresenta uma execução em termos de receitas aceitável, também em termos da despesa com menos 10 milhões de euros, no investimento público foi pouco mais do que 6 milhões de euros, aqui é uma verba residual comparado com o total do orçamento. -----

Como disse, e estou inteiramente de acordo, houve uma diminuição do endividamento, o que liberta e dá a possibilidade do aumento desse endividamento nos orçamentos futuros, com a necessidade de aumentar o investimento público que é necessário fazer e que quanto a nós peca por tardio. -----

Existe também um Equilíbrio Orçamental que é positivo e é de salutar, num valor positivo superior a 4 milhões de euros. Mesmo achando que a conta apresenta valores e rácios aceitáveis e até bons para a conta que apresenta, no entanto temos alguns reparos que gostaríamos de fazer. -----

No quadro do Plano Plurianual de Investimentos, onde está destacado as Funções Gerais, as Funções Sociais e as Funções Económicas, a execução financeira foi apenas de 76% mas num valor muito mais aquém daquilo que era desejável, como disse não ultrapassou os 6,5 milhões de euros. E não ultrapassou porque também foi previsto no orçamento que teve por base esta conta, valores baixíssimos no que toca ao investimento. -----

Mas falando sobre alguns valores nas Funções Sociais, não posso aceitar, mesmo que o valor seja baixo no que toca ao investimento, que nalguns itens nas funções sociais em detrimento de outras, haja uma discrepância enorme. -----

Quando no item da Habitação não fomos além dos 430 mil euros, na Ação Social pouco mais de 14 mil euros, no Ensino e Educação 12 mil euros apenas, enquanto em contrapartida nas mesmas funções sociais temos uma rubrica chamada Desporto com quase 2 milhões de euros. -----

Portanto aqui há uma aposta no Desporto, que eu até não sou contrário que a Câmara não apoie o desporto do Município, que comparável aos itens que acabei de referir têm valores extremamente baixos, enquanto em contrapartida temos no desporto quase 2 milhões de euros. -----

Nas Funções Económicas também infelizmente não fomos além de 1,7 milhões de euros com itens também muito abaixo daquilo que era desejável. -----

Portanto, nas Funções Sociais eu gostaria que explicassem qual foi o critério deste valor tão alto no Desporto, quando tínhamos, quanto a nós, prioridades que deveriam de ser salvaguardadas como a que as que já enunciei e até com o próprio Saneamento Básico, em que há uma necessidade de aumentar, de rever e de melhorar e essa verba ficou um pouco aquém dos 50% em termos de taxa de execução. -----

No que toca aos Resultados Operacionais apresentados na conta, o Senhor Vereador referiu que houve alguma contenção nas despesas, mas analisando a demonstração de resultados comparado com o período homólogo, retirando as provisões do exercício e aqui faço um reparo que o CDS/PP também quando aprovamos o Orçamento de 2015 chamamos a atenção que o valor previsto em termos de provisões era um valor baixo, e realmente viemos a verificar que o valor comparado com 2014 é um valor que quase que triplicou o valor que está em 2014, em 2014 está 1 milhão de euros, em 2015 está 2,9 milhões de euros. -----

Mas, retirando esse valor e retirando também as amortizações do exercício, são duas rubricas que aumenta os custos mas que não tem a componente financeira, não sai dos cofres da Câmara o correspondente valor em termos de fluxos de caixa, comparado esse valor ainda tem custos de exploração da Câmara superiores a 2014. Em 2014 temos 56 milhões de euros e em 2015 uma verba de cerca de 60 milhões de euros, logo temos aqui um aumento, retirando os dois valores, superior ainda em 4 milhões de euros em relação

2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, PPD/PSD apreciou o seguinte: "Está hoje em discussão as Contas do Município do Funchal, relativas ao ano de 2015. -----

Tecnicamente nada há a apontar, ainda que não tenha sido efetuada a auditoria por uma entidade externa, essa sim, a verdadeira avaliação técnica imparcial. -----

Cabe a nós, eleitos, avaliar a tradução política das opções de gestão aqui demonstradas. Perceber e questionar os caminhos seguidos e aquilatar sobre a sua eficácia. -----

O Executivo apresenta como pontos positivos a taxa de execução da receita, a taxa de execução da despesa, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, do limite da dívida, a redução da dívida orçamental, a redução do prazo de pagamento a fornecedores, a redução dos custos com o pessoal e o resultado líquido positivo de 3,4 milhões de euros. - São factos e cada um deles, *per si* são aspetos positivos. -----

A questão está em saber a sua decomposição e a razão pela qual se verificaram. Como qualquer fotografia, olhando só para ela, não conseguimos saber tudo o que está por trás. A boa taxa de execução da receita deixa de ser tão boa se usarmos como referência o orçamento inicial, documento que, ou foi mal pensado ou serviu apenas para disfarçar. Nessa ótica a taxa de execução da receita corrente não será de 91%, mas sim de 83%, mas isto é receita corrente e só um inepto ou destituído não alcançaria estes valores. Do ponto de vista da gestão estratégica o que contam são as receitas e despesas de capital. Nas primeiras nem com correção acertaram, apenas executaram 46% e se comparássemos com o orçamento inicial esse valor seria de apenas 28%. -----

Quanto às despesas temos um cumprimento de 88%, mas face ao plano e à visão do Executivo, deveria de ser de apenas 60%. -----

Impressionam os números relacionados com o urbanismo, menos 29% nas licenças de obras e menos 86% nas licenças de habitabilidade, o que denota uma cidade inimiga do

Paulo Silva

investimento e onde os seus gestores estão mais preocupados com assuntos que não são os seus e pouco interessados em estimular e credibilizar a sua Cidade. -----

Nas taxas e multas, tudo o que tem a ver com dinamismo e desenvolvimento desce abruptamente, compensam com uma mão pesada e uma tática persecutória de caça às coimas e multas com acréscimo de 234% e 92% respetivamente. -----

Nas vendas de Bens e Serviços, o principal indicador de desenvolvimento de uma cidade moderna desce 31%, o Funchal regride brutalmente na reciclagem. -----

Quando analisamos o quadro de Aquisição de Bens e Serviços, voltamos a verificar que o que interessa desce em toda a linha e o que cresce anormalmente são as rubricas inerentes à propaganda e disseminação do culto da personalidade, senão vejamos: -----

- Limpeza e higiene -36% -----
- Conservação -31% -----
- Prémios, condecorações e ofertas +238% -----
- Deslocações e estadias +13% -----
- Consultadoria e pareceres +103% -----
- Seminários e exposições +35% -----
- Publicidade +18% -----
- Outros (interessante) +44% -----

Isto não é uma Câmara ao serviço público, é uma agência de Marketing. Nem escondem, tal é a ânsia e o ego dos protagonistas. -----

Na execução do PPI, esta realidade ainda é mais gritante e avassaladora: -----

Para além de descer em relação ao ano anterior, há que registar os níveis ridículos de execução das principais rubricas: -----

- Apenas 29% na ação social, o que significa -68% que no ano anterior -----
- Apenas 57% no saneamento básico, 47% inferior a 2014 -----



...
...
...
- Apenas 29% na cultura, menos 28% que no ano anterior -----

Fez-se menos 24% nas funções gerais, com destaque para o desinvestimento nos bombeiros municipais. -----

Fez-se menos 16% nas funções sociais com destaque para o urbanismo e ordenamento em que não se fez nada, zero. -----

Fez-se menos 24% nas funções económicas com destaque para o desinvestimento nos transportes, com uma redução de 53%. -----

Quanto ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, mal seria se não se cumprisse a lei, ficaria esta Câmara impedida de agir, ainda mais parada do que está. -----

A diminuição da dívida, sendo positiva, não é um facto extraordinário, apenas se cumpre o Plano de Assistência e que pelos exemplos vindos de fora o que não seria se este desiderato não fosse imposto e esta vereação tivesse rédea livre. Há muito que as portas deste Município teriam fechado. -----

Quanto à diminuição do prazo de pagamento não é mais do que a aplicação da Lei dos Compromissos. Só se gasta quando se tem. Aqui, de novo, com certeza teríamos assistido a uma deriva orgiástica se não existisse este espartilho que tanto constrange os ímpetus gastadores dos nossos responsáveis municipais. -----

No que diz respeito à diminuição dos custos com o pessoal, a surpresa não está na diminuição do efetivo de pessoal, algo que decorre da Lei. A surpresa está na diminuição das horas extras com enormíssimas consequências para a cidade que temos e que explica o clima de desagrado generalizado dos munícipes. -----

Uma última palavra para o Relatório de Atividades, com destaque para o abismal fracasso que foi o Fundo de Investimento Social, dotado com 1 milhão de euros e 5 programas. ---

Três ficaram desertos e os outros dois executaram apenas 95 mil euros, nem chegou a 10%. A grande parangona traduziu-se num Flop monumental. Marketing, fogo-fátuo, poeira



para os olhos. -----

Tudo o resto que lá está, ou são intenções ou não se pode comparar com anos anteriores, o que nada nos diz sobre evoluções, tendências e desempenhos. -----

Em suma, estas contas demonstram à sociedade uma Vereação ensimesmada, sem visão, sem estratégia, sem rumo (aliás, palavra que apenas se encontra em mais uma manobra de propaganda egocêntrica e de autopromoção). -----

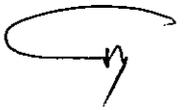
Uma Vereação que se intromete onde não é chamada, aparece para permanecer debaixo dos holofotes, que pouco ou nada quer saber dos reais problemas das pessoas, que trunca a história e a realidade, que manipula a verdade, que destrói a autenticidade e que arrasa, diariamente as vantagens competitivas da cidade, insistindo em constituir-se como um mini governo, entrando em disputas e confrontos desnecessários na voragem de uma ganância pessoal e individual com o objetivo de alcandorar-se noutros patamares, utilizando a Câmara como instrumento da sua escalada social e dos seus objetivos egoístas. -----

O Funchal merece melhor. -----

O Funchal terá melhor”. -----

3 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU observou o seguinte: “Em termos técnicos, não temos nada a colocar em causa relativamente à Prestação de Contas do exercício de 2015, mas este é um órgão também de avaliação e depois político. -----

Não podemos deixar de fazer referência a um conjunto de aspetos positivos que resultam desta Prestação de Contas, a começar pela taxa de execução da Receita, superior à da Despesa, o que contribui para atingir equilíbrio orçamental. O cumprimento do limite da dívida relevante total, a redução da dívida orçamental em 11% face ao ano anterior e a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, não deixam de constituir aspetos que consideramos positivos na presente Prestação de Contas (página 18); -----



A redução do orçamento global em 8 milhões de euros parece-nos claramente explicada pela redução de 5 milhões de euros derivado do facto de o Governo Regional não ter assumido o pagamento da contribuição variável de 5% da participação do IRS e do facto de o empréstimo de 3 milhões de euros para fazer face a dificuldades de tesouraria não ter sido aplicado ou utilizado (página 18); -----

Alguns outros aspetos a serem referidos: -----

A **Receita**, embora apresentando uma taxa de execução de 89%, comparativamente a 2014, tem uma variação negativa de 5% (menos 3,7 milhões de euros no realizado); -----

- Se analisarmos as diversas áreas da Receita, os Impostos Diretos, atingem uma taxa de execução de 111%, destacando-se as receitas do IMI e do IMT; -----

- As outras áreas da Receitas apresentam "altos e baixos" em termos de execução (sobem as Taxas, Multas e Outras Penalidades, desce a Venda de Bens), embora na maioria dos casos com diferenças não muito significativas. -----

Na Despesa, com uma taxa de execução de 87%, inferior em 3,5 milhões de euros relativamente ao valor pago em 2014, destaca-se pela negativa a redução no investimento.

Se podemos considerar que, em termos de gestão procurou-se realizar uma gestão equilibrada, o que permitiu atingir alguns objetivos, nomeadamente ao nível do saneamento financeiro e da relação com os fornecedores, não podemos deixar, pela negativa, de afirmar que o "*calcanhar de Aquiles*" desta Prestação de contas reside na execução das Grandes Opções do Plano. Onde poderíamos estar perante dinâmicas geradoras de desenvolvimento local, de dinamização económica, de "inversão orçamental", não constatamos tais factos. -----

Embora concretizando alguns investimentos, por exemplo, é referida a elevada prestação nas empreitadas de reparação, recuperação e manutenção realizadas nos bairros sociais, o que sendo de considerar, não deixa de constituir uma intervenção claramente insuficiente

tendo em conta as necessidades prementes. Pela negativa, também, no Urbanismo e Ordenamento do Território, a revisão do Plano Diretor Municipal, uma vez mais adiada, o que constitui um aspeto que não podemos deixar de referir, tendo em conta as legítimas expetativas criadas à volta deste processo. -----

Para o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015, a CDU apresentou um conjunto de propostas relacionadas com o investimento nas Zonas Altas e Super Altas para a melhoria ou construção de novas acessibilidades e para a intervenção nos bairros sociais. São duas áreas onde os défices têm vindo a acumular-se. A abertura posteriormente demonstrada pelo Executivo com a aceitação, embora não da forma como a CDU defendia, das nossas propostas, levou-nos a viabilizar o Plano, votando favoravelmente na sessão da Assembleia Municipal de 27/02/2015. Votámos favoravelmente, mas deixámos claro que estaríamos atentos ao desenvolvimento das diversas questões. Hoje, não podemos deixar de referir que foram assumidos compromissos de investimento que não foram cumpridos e, aliás, reassumidos posteriormente, sem, no entanto, terem ainda visto a "luz do dia". --- Em termos de investimento, a Cidade e o Concelho, estão parados, não se verifica a dinamização económica local, o responder às necessidades das populações. Os muitos anúncios propagandísticos não se concretizaram. O que, claramente, não é bom prenuncio." -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM começou por: "Dar os parabéns a este Executivo por ao longo do ano ter conseguido um equilíbrio orçamental notável, com taxas de execução acima dos 85%, nomeadamente 87% na despesa e 89% na receita, o que não acontecia no passado. -----

A taxa de execução do PPI de 76% também é uma boa taxa de execução o que permitiu uma poupança corrente. -----

Baixamos a dívida desta Câmara para um valor abaixo dos 100% do orçamento, coisa que



...
...
...
já não acontecia há muitos anos. -----

Também é notável a redução do prazo médio de pagamento para 53 dias. -----

Mas para falar disto tenho de falar também um pouco do passado, porque no passado as taxas de execução da receita e da despesa era na ordem dos 60 e tal %. -----

A execução do PPI houve anos que chegou aos 35%. -----

A dívida chegou aos 109 milhões de euros e em 2012 o prazo médio de pagamento foi de 488 dias, era o 16º mais longo do País. -----

Atualmente tudo isto mudou, há um maior respeito pelos contribuintes e pelos fornecedores.

São eles também motor da nossa economia e que temos que respeitar. -----

Perante estes números julgo que quem aprovou no passado contas com aquelas taxas de execução e com aqueles prazos de pagamento e com dívidas sempre a subir, honestamente nunca poderá chumbar estas contas, porque aí estaria a cometer um ato desonesto. -----

Com tudo isto foi também mantido algum investimento que poderá não ser o ideal para o que a Cidade necessita, mas é o possível tendo em conta como foram encontradas as contas da Câmara. -----

Atualmente não podemos brincar como se brincava no passado em que a dívida ia sempre a subir e todos os empréstimos que eram contraídos, eram empréstimos para pagamento de contas correntes e não havia empréstimos para investimento. -----

Houve uma aposta nos apoios sociais que também é evidente. -----

Quero também referir que há aqui Deputados que têm um claro conflito de interesses, refiro-me a Deputados que têm assento também na Assembleia Regional e que recentemente votaram contra um projeto de devolução do IRS aos Municípios. Parece-me que ou estão num lado ou estão noutro, ou defendem os interesses da Cidade ou defendem os interesses do Governo Regional. Sendo que os interesses do Governo Regional deveriam de ser do



interesse de todos os madeirenses. -----

Vou até ler as palavras do Deputado Carlos Rodrigues na Assembleia Regional em que dizia: "Se o Estado quer impor, continuar a mandar nas Autarquias, a ter a tutela sobre as Autarquias, então que pague, quem paga manda quem não paga não manda, o Estado quer mandar sem pagar". -----

Isto mostra claramente os velhos hábitos que muitos julgavam que tinham mudado, e afinal não mudaram, em que antigamente havia uma pessoa a mandar na Ilha toda, mandava nas Autarquias, mandava em todo o lado. -----

Isto não é assim, as Autarquias têm autonomia e o Estado não paga isto, está na Lei que todas as Autarquias e Juntas têm direito a verbas do IRS, não é dinheiro do Governo para entregar à Câmara, é um direito das Autarquias. -----

Se não querem cumprir, então no meu entender não fazem nada aqui nesta Assembleia e deveriam de se demitir, porque não estão claramente a defender os interesses dos Municípios do Funchal. -----

Por fim, quero referir novamente a transparência destas contas, onde não há aqui nada escondido, onde não há alíneas em tabelas em que apenas aparecem despercebidamente, difíceis de encontrar, como foi o caso dos Swaps em que lesaram este Município em 1 milhão de euros, com contratos fictícios assinados pelo Vereador e Presidente da Câmara de então, esses sim lesaram claramente este Município." -----

5 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente deixando as grandes considerações para os Partidos, referiu-se aos seguintes pormenores: -----

"Na rubrica das Receitas, aparece no Teatro Municipal uma receita de cerca de 500 euros, vejo que a Câmara tem uma política de oferecer o Teatro de forma grátis, não me oponho, mas gostaria de saber um pouco mais em pormenor essa lógica e quem foram os pobres que tiveram que pagar esses 500 euros, quando os outros não tiveram que pagar. -----

Na rubrica das Despesas, em termos de publicidade existe uma despesa de cerca de 500 mil euros, gostaria de saber qual é a parte que cabe à publicidade obrigatória e qual a parte publicitária voluntaria. -----

Em termos de representação, também há uma rubrica bastante significativa de 117 mil euros, gostaria de saber mais em pormenor em que foi gasta esta verba. -----

Finalmente na parte jurídica, felicito a Câmara por finalmente ter conseguido algumas respostas dos Advogados que representam a Câmara. Pelos vistos, é a primeira vez que está mais espelhado. -----

Contudo, o Tribunal tinha ordenado a demolição do Prédio "A ver o Mar" mas nunca mais ouvi notícia sobre isso, gostava de saber se a Câmara tem alguma responsabilidade neste processo ou se de facto já acabou?" -----

--- **O Senhor Vereador Miguela Gouveia** fez os seguintes esclarecimentos: -----

"Começando pelo **Deputado Eduardo Welsh** e em relação à situação dos Advogados, como sabe isto é algo que tem sido relevado todos os anos pelo Revisor Oficial de Contas de não nos informarem, sobre a probabilidade que têm de perder as ações em que a Câmara é chamada ao pagamento de indemnizações. De facto, este ano, alguns Advogados de alguns processos deram-nos essa indicação e nós provisionamos esses montantes, de acordo com aquilo que ditam as regras contabilísticas. -----

No caso do "A Ver o Mar", o Município solicitou, com o mesmo Advogado que vinha acompanhando o processo, a inexecução da sentença e neste caso em particular, não nos foi dito qual a probabilidade de perdermos a ação, daí não ter sido inscrito de acordo como mandam as regras do aprovisionamento destes montantes de pagamento de indemnizações. -----

Em relação às questões do **Teatro Municipal, da Publicidade e da Representação** vou pedir para corrigir essa informação, porque não a tenho com esse nível de detalhe aqui



presente na minha documentação e far-lha-ei chegar oportunamente e a todos os Deputados, se assim o entenderem. -----

Ao **Deputado Carlos Rodrigues**, que falou da questão do orçamento inicial que de alguma forma estaria aqui implícito quase que como uma maquilhagem, porque nós estamos a trabalhar com base no orçamento final e não no orçamento inicial. -----

As regras são estas não somos nós que as ditamos, quando fazemos e calculamos taxas de execução é com base no orçamento final não é com base no orçamento inicial, portanto, nós estamos pura e simplesmente a cumprir com aquilo que são as regras orçamentais. E poderíamos voltar aqui a debater os fundamentos de termos feito as modificações orçamentais ou os orçamentos rectificativos no ano passado, nomeadamente pela questão dos 5 milhões de euros de IRS, como foi também referido pela Deputada Herlanda Amado e pela questão também da não utilização dos 3 milhões de euros de empréstimo de curto prazo. -----

Neste último, caso não tem reflexos no orçamento da despesa porque a despesa e a receita cortam-se, porque o empréstimo a curto prazo tem de ser pago ao longo do exercício portanto, a despesa tinha que ser feita no exercício de 2015 também. -----

O orçamento é um instrumento previsional e como tal é dinâmico, sofre modificações e temos que fazer a análise com base no orçamento que está em vigor, ou seja aquele a 31 de dezembro de 2015. -----

Em relação a alguns considerandos que teceu nomeadamente sobre as taxas de execução da receita, e permita-me ir ao pormenor da taxa de reciclagem que fez uma análise que uma vez que executamos menos receita naquilo que são os produtos da reciclagem, lixo diferenciado que é entregue à A.R.M., ex Valor Ambiente, que por sua vez é quem tem a responsabilidade de entregar e negociar com a Sociedade Ponto Verde, os Municípios na Região infelizmente não o podem fazer diretamente, houve uma execução inferior em 400

mil euros. -----

Ora, estes 400 mil euros refletem não a execução financeira, não a execução patrimonial mas a execução de receita, aquilo que foi recebido. -----

Neste momento, ainda temos um conjunto de faturas a serem pagas que chegam sensivelmente a 1 milhão de euros, a recebermos da empresa A.R.M., por conta desta reciclagem. Portanto, olhando para estes dados, não se pode assumir que a reciclagem diminuiu, o que podemos de facto dizer é que as receitas da Câmara com reciclagem em 2015 diminuíram e a explicação é precisamente essa, existe uma dívida acumulada da A.R.M. para com o Município do Funchal que ascende a 1 milhão de euros e estes 400 mil euros são parte desse milhão de euros. -----

Depois fez também algumas considerações com a questão das receitas com taxas, dizendo que o investimento está parado, porque temos menos taxas de habitabilidade, menos taxas de ocupações urbanísticas. É legítimo que faça essa leitura, poderia fazer a leitura ao contrário, dizendo que uma vez que temos uma execução do IMT – Imposto Municipal de Transmissões Onerosas, poderia dizer que o mercado de facto está a mexer e antes pelo contrário vemos muito mais o setor imobiliário no Funchal a mexer, o que demonstra que é uma Cidade onde o investimento está a crescer. Portanto, obviamente podemos sempre fazer duas, três ou mais leituras sobre os mesmos indicadores. -----

Em relação ao fundo de investimento social tinha uma execução muito baixa e de facto o que acontece nesta rubrica do orçamento do ano passado, é que o Programa Municipal de Ocupação e Formação em Contexto Real de Trabalho, não foi inscrito nesta rubrica fundo de investimento social, quando de facto deveria de ter sido e inscrevendo tem uma dotação superior em 600 e tal milhões de euros. -----

Em relação à diminuição do prazo de pagamento a fornecedores ser de 53 dias, ser quase de uma decorrência e o pagamento da dívida ser uma de resultância natural da Lei dos

...
...
...
Paulinho

Compromissos, a Lei dos Compromissos existe desde 2012 e isso não impediu que em 2012 e 2013 os prazos de pagamento a fornecedores tivesse subido, isto porque o PAEL veio permitir que se baixasse o prazo de pagamento a fornecedores e a partir daí se cumprirmos os pagamentos a fornecedores ficam todos dentro do prazo com tendência a melhorar. -----

A diferença é que nestes últimos dois anos não houve nenhum apoio para pagamento de dívidas de despesa corrente, como aconteceu em 2012 com o PAEL, em 2013 com os Acordos de Pagamento, em 2011 com o Acordo de Pagamento com a IGA, em 2010 com Acordo de Pagamento com a Valor Ambiente, em 2009 com o Pagar a Tempo e Horas, em 2008 com o PRED. -----

Desde 2008 para cá, o que tem acontecido é, atrasa-se pagamentos a fornecedores, o Estado cria um programa de financiamento para regularização de dívidas, a Câmara candidata-se a esse programa e paga aos fornecedores. -----

Isto eu não considero que seja uma boa prática de gestão financeira, quando nós queremos temos de assumir os nossos compromissos com os nossos fornecedores e depois se quisermos investir, fazemos o empréstimo aprovado por esta Assembleia que tem essa competência de aprovar os empréstimos. Também tem a competência de aprovar resgates que é o que tem sido feito nos últimos anos, mas no ano passado aprovamos um empréstimo para um investimento e é assim que deve de ser. -----

E falando de investimento passo a responder ao **Deputado Lino Abreu** que me perguntou o porquê do Desporto ser uma aposta tão grande em detrimento de outros, o Desporto teve uma execução de 2 milhões de euros no ano passado porque o Desporto foi o Complexo Balnear do Lido, que de um ponto de vista financeiro é classificado como Desporto. -----

O que há a relevar é o porquê de estes 2 milhões de euros serem para o Desporto? E a resposta é simples, é porque a receita de capital dos Fundos Comunitários foi

exclusivamente para esta área. -----

E porque é que nós não investimos mais na habitação social? Estamos a falar de despesas de, na habitação nós investimos aquilo que o nosso orçamento permite investir meio milhão de euros. Porque as verbas do IHRU – Instituto de Habitação Reabilitação Urbana, se analisarmos a uns anos atrás tínhamos orçamentados montantes em média de 5 milhões de euros ano do IHRU, e as verbas do IHRU foram cativadas pela Lei de Meios, sendo que os Municípios ficaram inibidos de poder aceder a esses montantes para poder investir por conta da Lei de Meios. -----

Ora se tivermos em atenção que em 2007 tínhamos 4 milhões e meio de euros, em 2008 4,4 milhões de euros, em 2009 3,2 milhões de euros, de há quatro anos para cá tem sido zero. Portanto as receitas de capital para fazer investimento, e estamos a falar em investimento na habitação por parte do IHRU, para as Câmaras tem sido zero. Logo é preciso colocar isto em contexto, porque foi retirado às Câmaras por via da Lei de Meios, supostamente quem tinha a gestão dessas verbas para investir na habitação seria o Governo Regional. Assim, não será esta o Fórum próprio para debater a aplicação dessas e de facto aquilo que nós temos aqui e vemos que foi orçamentado no ano passado, é que precisamos de pedir empréstimo à Banca Comercial para poder investir na Habitação com o Programa Amianto Zero e é isso que estamos a fazer, como disse o Presidente ainda há pouco, estamos pendente com o visto do Tribunal de Contas. -----

Quando se fala de Ação Social e a Taxa de Execução do Investimento, a Ação Social do ponto de vista social, gera mais despesa corrente do que investimento. Se for procurar no PPI os investimentos na Ação Social, a não ser que estivéssemos a construir Centros Comunitários, Lares de 3ª Idade outro tipo de ativos que possam ser classificados como investimento, não ficariam aqui classificados. -----

Se formos a analisar o Plano de Atividades Relevantes, verá que há uma execução muito

Paulinho

maior naquilo que são as despesas correntes com programas sociais e não classificados como investimento. -----

Provisões no orçamento, falou das provisões que foram classificadas nos custos, ora se nós aumentamos as provisões dos custos, significa é que estamos a refletir ainda mais perigos do que a Câmara possa vir a ter encargos no futuro, estamos a provisionar mais, o resultado como disse é o inverso da sua leitura. -----

E em relação ao orçamento nós não aprovisionamos no orçamento, se eu quiser provisiono juros de mora, indemnizações, eu não tenho uma rubrica para provisões no orçamento. Se eu quiser provisiono, porque eventualmente somos chamados a pagar indemnização por via judicial, eu tenho que colocar no orçamento a indemnização e isso está lá refletido. Uma provisão é algo de contabilidade patrimonial como está aqui refletido e vocês têm oportunidade de ver. -----

Falou ainda que os fornecedores de curto prazo não tiveram a mesma redução na mesma proporção que tiveram os fornecedores de médio e longo prazo, isto tem uma explicação muito simples, que poderia também ter sido caracterizado de outra forma mas tomamos a opção de classificá-lo desta forma. -----

Como sabem temos duas ações judiciais, uma com a IGA e outra com a Valor Ambiente, uma a discutir o aumento de 14% da água, que representam sensivelmente 1 milhão e meio de euros / ano e este aumento nós não o estamos a pagar, podíamos provisioná-lo mas de um ponto de vista contabilístico preferimos mantê-lo na rubrica de fornecedores a curto prazo, para que fique bem patente que aquilo pode ser um encargo que o Funchal tenha que vir a assumir se o tribunal assim o decidir, e que depois teria que ser refletido de acordo com aquilo que ditam as regras da entidade reguladora nas taxas que são o tarifário da água, de qualquer das formas neste momento e uma vez que ainda está pendente este processo, nós colocamos aqui como fornecedores de curto prazo essa dívida. -----

O mesmo acontece com a dívida da parcela fixa que não está a ser reconhecida pelo Município, logo está a ser paga a fatura da parcela variável, está também nesta dívida de fornecedores de curto prazo. -----

Na prática há um montante de 6 milhões de euros que se quiséssemos, de alguma forma menos prudente, retirá-los podia dizer que a dívida tinha baixado ainda mais, mas não, ainda está aqui. Se o Tribunal assim o disser, é uma dívida, vamos ter que a pagar. -----

Por isso que os fornecedores de curto prazo não têm uma redução de dívida na mesma ordem que tem os empréstimos de médio e longo prazo. -----

Sobre o que a **Deputada Herlanda Amado** apontou como o nosso “calcanhar de Aquiles”, aquilo que foi a inversão orçamental que é o Déficit de Investimento. Eu gostaria de facto de poder ter uma resposta diferente, de poder ter mais financiamento para investir. O facto é quando temos 8 milhões de euros num Plano Plurianual de Investimentos este ano e chegamos a ter em anos anteriores 50 milhões de euros, é preciso olhar e ver porque é que isto acontece. Se formos olhar com contratos-programa com o Governo Regional, este Município tinha em média 7 milhões de euros anuais de contratos-programa, neste momento temos zero, já acabou o PAEF já poderíamos fazê-lo e segundo as notícias o Governo Regional fará um primeiro contrato-programa com a Câmara de Lobos no valor de 200 mil euros para pavimentar uma estrada, o que comprova que já é possível fazer. -----

Portanto, haja vontade que nós também aumentamos as nossas receitas de capital e as nossas fontes de financiamento para poder fazer face à tal inversão orçamental que falava e que a nós também tanto nos interessa. -----

Por outro lado, se olharmos também aquilo que eram as execuções dos Quadros Comunitários de Apoio, chegamos a ter 10 milhões de euros. Estamos a falar numa média de 6 a 7 milhões de euros de Fundos Comunitários a entrar na Câmara Municipal do



...
...
...
Funchal todos os anos, este ano temos 60 mil euros para a Ponte do Pisão que foi aprovada, temos submetidos no IDR nos vários programas 19,6 milhões de euros em projetos submetidos a aguardar aprovação. -----

Haja celeridade na análise e aprovação destes projetos, temos mais investimento na rua, melhor do que isto cumprindo com as regras orçamentais, não criando atrasos a fornecedores, não esperando resgates da República, estas são as contas que nós temos e as mais verdadeiras que eu vos consigo apresentar, não consigo alterar isto de outra forma para poder facilitar de alguma forma o investimento, não vou deixar de pagar a fornecedores que como foi dito, e bem, também estão a atravessar algumas dificuldades e o nosso pagamento atempado a fornecedores consegue salvar um conjunto de postos de trabalho. Reconheço aquilo que tinha sido no orçamento inicial, houve de facto algumas obras que tinham sido lá incluídas. Quando fizemos a revisão orçamental uma delas foi retirada a outra foi atrasada, não por nossa vontade mas por, como também já foi ontem explicado na reunião pública da CMF aos Senhores da Entrada 68 das Zonas Altas de Santo António, por via das expropriações que havia um acordo inicial para cedência dos terrenos e depois os proprietários vieram solicitar uma indemnização, para a Câmara poder fazer a estrada que eles solicitavam e como não houve entendimento, a expropriação que está a demorar cerca de 9 meses foi o instrumento que utilizamos. -----

Falando em relação ao **Deputado Duarte Caldeira** que falou nas Swaps e já vi que se levantou um conjunto de situações sobre as Swaps. -----

As Swaps são um instrumento de cobertura de risco, não há que ser diabolizado quando fundamentadamente são utilizadas, não me parece que uma Câmara tenha nos seus instrumentos de gestão a competência para fazer contratos de Swaps, especialmente quando a cobertura de risco não é completamente simétrica com o portfólio de empréstimos que a Câmara tem. -----

De facto, não conheço nenhuma outra Câmara que o tenha feito, sei que Vila Nova de Gaia teve um conjunto de problemas com “n” contratos deste tipo que foram fortemente criticados pelo Tribunal de Contas quando lá fez uma auditoria, mas foram empresas municipais e nenhum Município que eu conheça subscreveu por si este tipo de contratos. E ainda mais quem tem competência de aprovar empréstimos é esta Assembleia e este tipo de contrato nunca veio a esta Assembleia.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** pediu um esclarecimento em relação à delonga que o Departamento de Obras demonstra, para dar seguimento aos processos de licenciamento de obras, apontando assim para uma Câmara que não decide, não atua, não despacha, dificulta o investimento, dificulta a construção e dificulta até o pequeno investidor, motivando assim insatisfação e preocupação nos Municípios do Funchal. -----

--- **O Senhor Vereador Miguela Gouveia** não querendo estar a interferir nos Pelouros que são do seu colega de Vereação que tem essa responsabilidade, esclareceu que dentro das suas áreas, não poucas vezes os atrasos devem-se também a documentação não entregue ou omissa. -----

Por isso, estão a alterar o software de gestão documental, não só na parte da gestão financeira e da gestão documental interna, mas também no software de gestão urbanística em que quase que transfere a responsabilidade para o promotor que está a lançar o pedido de obra, como já acontece noutras Câmaras, em que a exemplo da submissão do IRS, é feita uma validação prévia de toda a documentação que é entregue para evitar muitas vezes perda de tempo. -----

Também na questão de procedimento administrativo, é isso que estão a trabalhar no âmbito da Loja do Município, sendo este mais um projeto que está candidatado ao Madeira 14-20.

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** pediu um



esclarecimento em relação a alguns aspetos que o Senhor Vereador ali falou: -----

- Nos **Contrato-programa**, necessitam de saber quais são aqueles que a Câmara pretende negociar ou contratualizar com o Governo e que sejam assuntos relevantes e extremamente necessários, de maneira a que aqueles que estão mais próximos do Governo façam pressão ou deem a sugestões para que isso aconteça. -----

- Em relação ao **IRS** asseverou que sempre disse desde o princípio, mesmo quando a Câmara era PPD/PSD, que aquela era uma responsabilidade do Orçamento de Estado e não do Orçamento da Região. -----

- Sobre os **Projetos Financiados**, para além do Projeto da Loja do Município existem mais projetos a serem financiados? -----

- Em relação às **Swapps**, não estão a falar de nenhuma situação altamente estranha que tenha sido utilizada, porque embora o Senhor Vereador não tenha conhecimento que outra Câmara tenha tido aquela opção, deve de reconhecê-la enquanto gestor financeiro, que aquele é um instrumento perfeitamente legal e perfeitamente utilizável, quer por Governos Regionais, quer por Empresas Públicas nacionais ou estrangeiras. -----

Aproveitando a ocasião fez um aparte para sugerir e reconhecer, que uma vez que a Câmara tem investido muito em formação, que faça um Workshop sobre a questão dos Swaps para que as pessoas fiquem todas esclarecidas. -----

- Em relação ao **último ponto**, referindo-se à frase proferida pelo Senhor Vereador que aquelas eram as contas que podia apresentar, quis clarificar que o PPD/PSD em momento algum na intervenção que fez pôs em causa a transparência e a fiabilidade das contas apresentadas. -----

Porém as mesmas para terem a validação completa, necessitam ainda da auditoria externa de forma a certificá-la e da auditoria do Tribunal de Contas. -----

Como tal, toda a avaliação que foi feita foi uma avaliação estritamente política e como o

...
...
...
Senhor Vereador também muito bem referiu, depende da interpretação que cada um faz. -

--- **O Senhor Vereador Miguela Gouveia** começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Rodrigues pela ordem que ele as colocou: -----

- Em relação aos **Contratos-programa** disse que existem e que já se reuniu com o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus que tem a tutela das Obras Públicas, para debaterem sobre os mesmos, tendo ainda por via do 20 de Fevereiro, enviado um relatório à referida Secretaria enunciando as obras que carece de intervenção nas Zonas Altas. -----

Também já têm sensivelmente vinte e duas situações que foram identificadas e comunicadas à Secretaria para intervir diretamente, ou para a elaboração de um contrato-programa permitindo que a Câmara faça por si as obras. -----

Entre estes existe o alargamento e a beneficiação da Rua do Lazareto, que foi um contrato-programa que esteve na eminência de ser executada mas foi suspenso por altura da assinatura do PAEF. -----

- São vários os programas que têm sido abertos e que têm tido a oportunidade de se candidatar aos **Fundos Comunitários**, desde o POSEUR, POMAC, Madeira 14-20, PODRAM, pelo que o aumento de despesas com projetos tem precisamente que ver com a quantidade de estudo e projeto, que tem sido feito para na altura da abertura dos avisos terem tudo preparado para os submeter às candidaturas. -----

- Em relação aos **cinco milhões de euros do IRS** disse não se lembrar de na sua intervenção; ter censurado a sua posição. -----

- Relativamente às **Swaps** julga que podem manter a reserva, mas de facto é um instrumento que pode e foi muito bem usado de cobertura de risco no setor privado e no setor público, porém, parece-lhe que uma Câmara não tem atribuições para poder diretamente as subscrever. -----

Paulo Reis

...
...
...
--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou aquele Ponto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com dezasseis votos a favor** do GMM, três votos contra do PCP/PEV-CDU e vinte e uma abstenções sendo quinze do PPD/PSD, três do CDS/PP e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU começou por dizer, como já referiu no decorrer da sua intervenção, que não estão ali só para avaliar as questões técnicas em causa mas também para as avaliar politicamente. Por isso, não seria correto nem coerente aquela bancada votar favoravelmente a execução das contas ali apresentadas. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD declarou que o Grupo Municipal do PPD/PSD absteve-se, porque ainda que careça de uma avaliação de uma terceira parte externa, há uma situação de sinal positivo na correção e na forma como tecnicamente aquelas contas estão apresentadas, por outro lado na execução estas traduzem uma avaliação de sinal negativo. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP proclamou que o sentido de voto daquela bancada só não foi favorável, pelo facto de não conhecerem a avaliação da entidade externa (ROC) e não conter algumas políticas que consideram prioritárias. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Três - Alterações aos Acordos de Execução e aos contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia de Santa Maria maior, São Pedro, Monte e São Gonçalo, em observância do disposto na al. k) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o qual se absteve de as apresentar. -----

Assim, passou-se de imediato à sua votação tendo o mesmo sido **aprovado por**



unanimidade com quarenta votos a favor sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes.-

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMM usou da palavra para congratular o Executivo da Camarário, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, porque ao reforçar as verbas para as Juntas de Freguesia, aquelas poderão ajudar mais famílias carenciadas não só a nível de habitação social como também estancar e satisfazer aquelas que estão no limiar da pobreza. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou para o **Ponto Quatro - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU – Instrumento de Identificação das Comunidades Desfavorecidas, em observância do disposto da al. h), do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que foi exposto pela **Senhora Vereadora Madalena Nunes**: “De acordo com o IDR - Instituto de Desenvolvimento Regional, todas as Autarquias terão de elaborar os seus PEDU’s - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e aprová-los em Assembleia Municipal, para poderem ver aceites as suas candidaturas a Fundos Europeus para projetos de desenvolvimento nas áreas da Mobilidade Sustentável ou do Investimento e Desenvolvimento Social. -----

Estas diretrizes do IDR dataram de 23 de novembro de 2015, que foi quando houve a certeza de que teriam mesmo de ser feitos para se poderem candidatar as Autarquias a estes Fundos Europeus. Até aí ninguém sabia se realmente era ou não obrigatório a elaboração deste instrumento para as candidaturas se poderem formalizar. -----

Recordo que o PEDU é um Plano composto por 3 partes, esta é só uma delas, as outras são o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, o PAMOS, que vai sustentar por exemplo candidaturas a Fundos Europeus no âmbito da prioridade 4E, o Plano de Ação para a Regeneração Urbana - PARU e neste caso o Plano de Ação Integrada para a

Paula Silva

Comunidade Desfavorecida, que mais tarde em novembro passou a ser identificado como Instrumento de Identificação das Comunidades Desfavorecidas e que vai permitir as candidaturas na prioridade 9B. -----

Seguindo essas diretrizes, que são obrigatórias, enquadramos as comunidades que constavam das tipologias definidas no Madeira 14-20, a saber, bairro social, área urbana antiga, conjuntos com mais de 30 anos, núcleos de construção precária, bairros clandestinos, áreas urbanas consolidadas com necessidades de inclusão social. -----

Atendendo à dificuldade de compilação de dados geográficos estatísticos, que permitissem tipificar todas estas comunidades desfavorecidas na nossa área de intervenção, atendendo também ainda o facto de que algumas das tipologias, que anteriormente citei, serão mais tarde integradas nas operações de regeneração urbana, por exemplo os bairros clandestinos, as áreas urbanas antigas são integradas no PARU, optamos por caracterizar apenas as comunidades residentes em bairros sociais do Concelho do Funchal, garantindo a sua caracterização com base nos Censos de 2011 e outros que posteriormente tivessem surgido. -----

Esta abordagem permitiu assim tratar do Concelho de uma forma homogénea e coerente em todas as suas áreas, trabalhamos com dados da SocioHabitaFunchal, com dados da IHM, os últimos que tínhamos eram de setembro de 2015, e trabalhamos com outras instituições para nos fornecerem dados que fomos necessitando. -----

Estas áreas foram então caracterizadas tendo em conta os indicadores definidos pelo IDR, a saber, o Desemprego de Longa Duração, a Pobreza e a Exclusão Social, Baixo Nível de Instrução, Elevado Nível de Abandono Escolar, Criminalidade, Delinquência e Ambiente Degradado. -----

Se repararem, apesar de termos usado as comunidades dos bairros sociais todos do Funchal, como critério inicial de construção deste instrumento, abrangemos depois toda a

população de todo o Concelho nos projetos de Educação Económica a desenvolver, projetos esses que respondem diretamente às diferentes problemáticas que eu atrás mencionei. -----

Basta lermos o ponto 2 da introdução deste nosso documento para se perceber que apesar de estarmos no Século XXI, existem ainda muitas carências sociais e económicas na nossa Cidade e sobre as quais todos juntos teremos que trabalhar. -----

Por outro lado, as intervenções físicas que são propostas neste documento vêm na sequência da melhoria de habitação em áreas degradadas de vários bairros, melhorando as condições de habitabilidade, removendo também o amianto de vários bairros, melhorando também a eficiência energética e proporcionando ainda um espaço de intervenção inter geracional.” -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlândia Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU observou o seguinte: “Concordamos que, de facto existe um conjunto de comunidades desfavorecidas e situações extremas de exclusão social e de dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais, para as quais urge encontrar respostas e canalizar investimentos, formas e meios de intervenção. -----

No documento que nos é apresentado para discussão, denominado *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU* (Instrumento de Identificação das Comunidades Desfavorecidas, na *Nota Metodológica*, é referido que a Câmara Municipal do Funchal começou por identificar todas as comunidades que se enquadrassem nas tipologias definidas no Programa “*Madeira 14-20*”. Ora, conforme consta no próprio documento que nos é apresentado, as tipologias são variadas: -----

a) Bairro social; -----

b) Área urbana antiga (conjuntos urbanos com mais de 30 anos); -----



...
...
...
c) Núcleos de construção precária; -----

d) Bairros clandestinos; -----

e) Áreas urbanas consolidadas (mas com necessidades de intervenção de inclusão social).
Este leque de tipologias abrange um conjunto alargado de comunidades ou zonas da cidade e do Concelho (como as zonas altas e super altas, as zonas de habitação de génese ilegal, zonas de expansão da cidade, exemplo: Moinhos, São João da Ribeira, etc...) que deviam ser consideradas para efeitos de intervenção. -----

Deste modo, parece-nos algo redutor considerar como comunidades desfavorecidas aquelas que são residentes nos bairros sociais. -----

A divisão que é feita em 19 zonas identifica os bairros sociais, mas, em nosso entender, agrega bairros ou complexos habitacionais que, por um conjunto de razões de variada ordem (económica, social... etc...) não podem ser claramente associadas a comunidades desfavorecidas (Conjunto Habitacional da Várzea I e II, Conjunto Habitacional do Engenho Velho...). -----

Parece-nos que circunscrever a classificação de comunidades aos bairros sociais e dirigir o conjunto dos projetos para os mesmos resulta na perda de uma oportunidade de uma outra intervenção no concelho. Não que os projetos em causa não nos merecem nenhum reparo negativo, estando incluído, por exemplo, o "Programa Amianto Zero", a demolição e remoção dos fogos de habitação social construídos em fibrocimento, questão que a CDU tem vindo a defender ao longo dos anos e que, em nosso entender, deverá constituir uma das prioridades de intervenção. -----

Mas, uma pergunta se nos coloca: porque só os bairros sociais? Porque interessa particularmente, nesta altura, à "Mudança"? -----

No essencial, parece-nos que este é um ponto de partida para projetos mais abrangentes.

No entanto, já que foi elaborado este Plano Estratégico, que a fazer fé no que consta do



documento, caracteriza um conjunto de áreas desfavorecidas, que o mesmo possa funcionar como ponto de partida para outros projetos a empreender e que não se fique somente pelos bairros sociais.” -----

2 – A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD

transmitiu: “Nós tivemos oportunidade de analisar este documento, que já tinha sido oportunamente analisado pelos nossos Vereadores e tecidas algumas considerações que em parte foram tidas em conta, como correções que foram feitas em que foram incluídos bairros sociais que não estavam mencionados. -----

À parte de tudo isso nós temos que dizer que este documento é importante e um ponto de partida, porque é o tal diagnóstico que precisamos de ter sobre a realidade do nosso Concelho e sobre aquilo que se passa em especial com os mais necessitados. -----

Este diagnóstico que aqui é feito provavelmente precisava de mais tempo para ser mais aprofundado, porque a realidade é muito diversificada e talvez seria o ponto de partida, se me permite este paralelismo, para serem criados os tais programas sociais ao invés de se ter começado pelo inverso. -----

Eu acho que aqui estaria o ponto de partida para serem criados programas sociais do Fundo de Investimento Social, porque isto permitiria saber ao certo onde é que era preciso intervir e em que escala, por isso possivelmente evitaria que determinados programas estivessem a zero neste momento e esta minha intervenção neste sentido, já foi feita no passado em relação à análise que fizemos ao Relatório de Atividades quanto aos Programas Sociais. - Foram feitos programas sem se saber ao certo onde é que estavam as reais necessidades e se porventura já existiam outras entidades a fazer e a desenvolver os mesmos. E agora o que se pretende é partir desta realidade e deste diagnóstico e usar os programas que estão já no terreno, em que muitos deles são fracos do ponto de vista da sua execução, e continuar junto das comunidades a utilizá-los. -----



...
...
A outra questão, e tem também a ver com aquilo que a Senhora Deputada Herlanda Amado disse, circunscrevermos esta identificação de pessoas necessitadas ou de comunidades desfavorecidas com os bairros sociais acho que isso estigmatiza, porque nós sabemos que os bairros sociais têm muitas realidades. -----

Nós temos bairros sociais nesta situação, uma grande percentagem de comunidade desfavorecida que se calhar muitos dos problemas estão aqui, delinquência, desemprego, violência doméstica, etc., mas temos bairros sociais onde há de tudo, como por exemplo o Bairro da Nazaré que é uma mini cidade, existem famílias nestes casos aqui identificados mas existem situações de um nível de vida aceitável, dita normal. -----

Portanto parece que nós apenas entendemos como desfavorecidos, como inseridos no limiar da pobreza, nos problemas sociais que hoje existem, as pessoas que estão nos bairros sociais e é mentira. Os problemas sociais estão em todo o lado. -----

...
A necessitar desta intervenção também, temos as Zonas Altas e falamos aqui, por exemplo, de remeter as Zonas Altas para a reabilitação urbana. Porquê retirar as Zonas Altas e Super Altas deste programa? -----

...
Nós devíamos aproveitar as oportunidades que nos é dada para podermos alargar o mais possível estes programas e não repartir as intervenções, porque depois pode não haver oportunidade e aí como é que se vai justificar à população? Que fizemos o que podíamos? Não é verdade que fizemos o que podíamos ter feito, podíamos ter feito muito mais. -----

Eu não sei se está aqui em causa uma questão de incompatibilidade, ou seja, de inserirmos as Zonas Altas e Super Altas aqui neste programa e ao mesmo tempo na reabilitação urbana. Penso que não é uma questão de incompatibilidade, eu penso que talvez se quis circunscrever esta intervenção aos bairros sociais pela ideia que nós temos que o mal concentra-se nessas áreas geográficas, e como já disse, não é verdade, a Senhora Vereadora também sabe que isso não é verdade. -----



Aliás nós todos também sabemos que há alguns dos problemas que estão nomeados aqui, como o caso da violência doméstica, está nas classes mais altas, portanto sabemos que problemas existem em todo o lado. -----

Por fim, dizer que é sem dúvida um documento importante, gostaríamos que fossem atendidas estas achegas com opiniões, como as que foram veiculadas na reunião de Câmara pelo nosso Vereador, Dr. Paulo Atouguia. -----

É preciso ir mais longe, é preciso ser mais audaz, é preciso ver o Concelho como um todo e não segregar, porque eu acho que só os bairros sociais segrega e estamos aqui também para colaborar, para ajudar com a experiência e conhecimento que temos e contribuir para que estas comunidades desfavorecidas vão desaparecendo ao longo dos tempos, é essa a nossa função e é esse o nosso objetivo.” -----

3 – A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM disse que com certeza seria muito bom para a Vereação, para o GMM e para a Senhora Vereadora Madalena Nunes, apresentar um diagnóstico de todo o Concelho do Funchal porque os problemas são do mar à serra. Mas humanamente não foi possível devido ao prazo para fazer aquele levantamento e apresentar o trabalho. -----

De seguida, respondendo à Senhora Deputada Raquel Silva, contrapôs com a seguinte questão: o PPD/PSD enquanto gestor da Câmara fez algum diagnóstico antes de implantar os Centros Comunitários? Qual é o resultado desse trabalho? -----

Concordou com a mesma em relação aos problemas não serem todos iguais, mas infelizmente há alguns que são transversais a todos, como o analfabetismo, a questão da escolaridade que é preocupante e os problemas da droga, não só do ponto de vista do consumo como do ponto de vista do próprio tráfico. Logo são problemas sociais gravíssimos que merecem da parte de todos alguma preocupação. -----

Alertou também para a situação da Violência Doméstica porque nem a Câmara nem o

Paulo Silva

...
...
...
Governo Regional, atualmente têm um estudo sobre aquela situação nem está sinalizado naquele ponto. Por isso, em termos de futuro aquela problemática deverá de ser uma área que a Câmara terá que fazer um trabalho aprofundado. -----

Concluindo apelou à Assembleia para votar a favor daquela proposta, porque é um passo muito importante se candidatarem àqueles apoios para conseguirem fazer o que ali está. -

--- **A Senhora Vereadora Madalena Nunes** esclareceu o seguinte: "Respondendo à Senhora Deputada Herlanda Amado visto que a pergunta acaba por entroncar também na questão da Senhora Deputada Raquel Silva, porquê só os Bairros Sociais? -----

Tivemos que fazer uma opção, porque tudo o que colocamos aqui temos que defender sustentadamente junto do IDR, quando fizermos as candidaturas. -----

O que é um facto, é que na Câmara não tínhamos dados nenhuns, diagnóstico algum e também não havia diagnósticos consistentes para todas as zonas da Cidade e para todas as comunidades desfavorecidas, dentro do prazo que tivemos para realizar o trabalho e é um trabalho que é o que é. -----

Se tivéssemos mais tempo com certeza que teria sido muito mais completo, tentando fazer o levantamento bastante fundamentado de todas as comunidades desfavorecidas. -----

Atendendo a que não tínhamos esses dados de todas as comunidades desfavorecidas do Funchal, optamos por usar o mesmo critério para o tornar de alguma forma coerente e homogéneo ao longo de todo o trabalho. E mais uma vez volto a frisar que ele depois tem de ser todo sustentado junto do IDR e não conseguiríamos fazê-lo com todas as zonas. ---

Por outro lado, também tentei dizer que do PEDU constam 3 instrumentos, este é um deles e portanto as ações para os outros, por exemplo as ARU's estão também a ser feitas agora, há uma série de intervenções que estão lá previstas e portanto este instrumento que esta Vereação traz aqui hoje, não pode ser visto de *per si* tem que ser visto na totalidade do PEDU. -----



...
...
...
Poder-se-ia fazer melhor, mas há uma questão que eu refuto que é de segregação porque efetivamente o critério foi este, Bairros Sociais. Porque há dados coerentes e sustentados tanto do IHM, como da SocioHabitaFunchal, como da própria Câmara, e que são também sustentados através dos Censos e da Direção Regional de Estatística. -----

Também quando se diz que a Várzea ou o Engenho não são Bairros problemáticos, não sei se sabem mas nestes Bairros existem, por exemplo, pessoas que retiramos da rua, vivem numa casa com boas condições e precisam de um acompanhamento e intervenção social muito grande. Por isso, acho que quem diz que ao falarmos de bairros sociais estamos a segregar, se calhar somos nós próprios *à priori* que estamos a ter ideias fragmentadas e estigmatizadas do que é um bairro social. -----

Concordo inteiramente com a Senhora Deputada Raquel Silva quando diz que dos bairros sociais têm muitas realidades, felizmente, e quanto mais diversificado for melhor é, melhor representa a sociedade e mais hipóteses temos com mais qualidade de fazermos intervenção e inclusão social, acho que isso é aquilo que todos nós queremos. -----

Relativamente ao que a Senhora Deputada Guida Vieira disse, realmente este foi um trabalho feito por uma equipa muitíssimo pequena, como já foi hoje aqui frisado temos tido várias pessoas a sair para outros órgãos públicos e nós continuamos sempre a trabalhar, por outro lado também a carga de trabalho é cada vez maior e as pessoas também se vão reformando e nós temos que continuar a responder com a mesma qualidade. Acho que o tentamos fazer, o trabalho é coerente, é sustentado e podemos levá-lo sem prolemas, se for aprovado aqui hoje, ao IDR para fundamentar as nossas candidaturas em áreas que são na nossa opinião, muitíssimo importantes para o bem-estar na Cidade.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** pediu o seguinte esclarecimento: “Clarificar que em momento algum fiz crítica ao ponto de ser considerado que esta bancada iria votar contra este documento, e também não disse



que nos bairros ou nos complexos habitacionais que eu identifiquei haviam problemas. ---
O que eu disse é que nos bairros sociais é preciso ver o nível de prioridades tendo em conta
a problemática dos vários bairros sociais, uma coisa é falar do Palheiro Ferreira, da Quinta
das Freiras, da Quinta Falcão, apenas por uma questão de precisão. -----

Depois está a tornar-se recorrente nesta Casa que qualquer pergunta que se faça, é
interpretada como sendo uma crítica negativa sobre a qual nós não temos qualquer direito
de fazer perguntas. Pois diz o Povo que *ignorante é aquele que tendo a dúvida fica com
ela, não é aquele que faz a pergunta*, e enquanto eu ou alguém desta bancada tiver dúvidas,
irá colocá-las aqui porque é para isso que aqui estamos. -----

Agora é errado que, da parte e fica subentendido nas intervenções e na última da Senhora
Vereadora, havia aqui uma crítica negativa ao ponto de esta bancada votar contra o
documento em análise. -----

Para que fique claro, acima de tudo porque as atas contam para o futuro e para memória
de quem vier depois de nós, enquanto as dúvidas nós as tivermos iremos colocá-las em
sítio próprio que é aqui.” -----

--- **A Senhora Vereadora Madalena Nunes** clarificou: “Gostava só de dizer que esta
Assembleia é o órgão máximo desta Câmara e se há lugar para colocar questões e para
dar esclarecimentos é este. -----

Portanto, se é para memória futura que também fique aqui bem claro que nunca na minha
intervenção perpassou essa ideia e se perpassou ainda bem que colocou a sua dúvida,
porque eu estou aqui para esclarecê-la e dizer-lhe que não encaro de maneira alguma as
perguntas e as sugestões que são feitas como deitar abaixo um trabalho. -----

Encaro aquilo que a Senhora Deputada Raquel Silva aqui disse como um contributo assim
como aquilo que o Senhor Vereador Paulo Atouguia disse na reunião de Câmara ou
os outros Vereadores que lá estiveram, são contributos e acho que é disso que se faz a



democracia, as diferenças, as leituras e é das soluções diferentes que cada um poderá ter. E volto a frisar que no entanto, os bairros sociais como muito bem disse, são realidades muito diferentes e que não devemos olhar para elas só pelas casas que nós vemos à nossa frente, essa é que é uma grande realidade.” -----

--- **O Ponto Quatro** foi colocado à votação e foi **aprovado por unanimidade com trinta e nove votos a favor** sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, dois do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD

declarou: “Sinto necessidade de fazer esta declaração de voto porque em momento algum nós pensamos votar de forma desfavorável em relação a este documento, porque ele é como se disse no início da intervenção, um ponto de partida de trabalho e de fortalecimento do papel que a Câmara tem junto das populações mais necessitadas. -----

Também deixar claro que da mesma maneira que a Senhora Vereadora elogiou a equipa de trabalho, nós também conhecemos muito bem a equipa de trabalho da Câmara porque nós já estávamos cá antes da equipa que está agora, e conhecemos muito bem os trabalhadores que estão cá dentro e da capacidade de trabalho que eles têm. -----

Portanto, temos a certeza que o documento está muito bem feito porque os funcionários da Câmara, nós sabemos que são bons.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Cinco - Contrato-programa a celebrar com a SocioHabitafuncchal E.M, em observância do nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012 de 31/08,** o qual dispensou a sua apresentação. -----

Assim passou-se de imediato à sua votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade com trinta e nove votos a favor** sendo dezasseis do GMM, quinze do



PPD/PSD, dois do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes.

--- Não havendo declarações de voto o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Seis - Protocolo de Geminação das cidades do Funchal e de Angra do Heroísmo, em observância da al. ccc), do nº 1 do art.º 33º e na al. t), do nº 1, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, informando que por iniciativa do Município de Angra do Heroísmo receberam uma proposta de geminação entre as duas Cidades, o que lhes mereceu toda a atenção e concordância pois o Funchal não tem ainda nenhuma geminação com alguma Cidade do Arquipélago dos Açores. -----

Assim, consideram que existem pontos de partida entre estas duas Cidades para projetos e sua concretização no futuro, tais como aprofundar as relações históricas que têm, os interesses do presente e do futuro em áreas do Turismo, da Regeneração Urbana e entre as Universidades de ambas as regiões. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD começou por ressaltar aquela iniciativa biunívoca, contudo surgem-lhe as seguintes dúvidas: -----

- No que diz respeito à questão dos intercâmbios de índole empresarial, só faz sentido se as duas Câmaras atuem como facilitadores de negócios ou de oportunidades de negócios. -----

- Sobre a cooperação entre as Universidades, julga que o texto deveria de ser um pouco na linha da questão do intercâmbio, de modo a que as Câmaras possam atuar como facilitadoras dessa ligação, uma vez que estas são ambas instituições autónomas sem qualquer relação formal com os Municípios. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** sobre os intercâmbios de índole empresarial esclareceu que de facto as Câmaras Municipais funcionam como plataforma de

entendimento e de facilitadoras entre empresários e associações empresariais de uma Cidade e de outra. -----

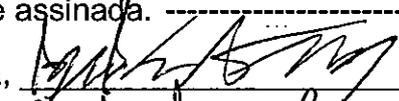
Em relação à cooperação entre as Universidades clarificou que a Câmara Municipal do Funchal tem um protocolo com a universidade da Madeira, no qual está estabelecido e previsto a parceria em projetos com a Cidade do Funchal, com outras Cidades ou outro tipo de organismo. -----

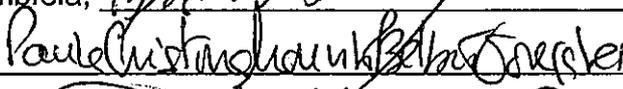
--- **O Presidente da Assembleia** colocou aquele ponto à votação tendo o mesmo merecido a sua **aprovação por unanimidade com trinta e nove votos a favor** sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, dois do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, 

--- A Primeira Secretária, 

--- O Segundo Secretário, 

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, 